



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

ATA NÚMERO CINCO

ATA DA 5.^a SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

REALIZADA NO DIA VINTE E OITO DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E ONZE. -----

----- Ao vigésimo oitavo dia do mês de dezembro do ano de dois mil e onze, pelas vinte e uma horas e cinquenta minutos, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal, na sua 5.^a Sessão Ordinária, convocada pelo seu Presidente, Luciano da Silva Gomes, em edital datado de dois de dezembro de dois mil e onze, e com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS: -----

1 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA, DE ACORDO COM O ESTIPULADO PELO ART.^º 39.^º DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL;

2 - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO, DE ACORDO COM O ESTIPULADO PELO ART.^º 40.^º DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL;

3 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

3. 1. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA N.^º 4/2011; -----

3. 2. INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL. [(ALÍNEA E) DO N.^º 1 DO ARTIGO 5.^º DO REGIMENTO]; -----

3. 3. APROVAÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO – ORÇAMENTO DA RECEITA E DESPESA E DOCUMENTOS PREVISIONAIS DO MUNICÍPIO, PARA O ANO FINANCEIRO DE 2012; -----

3. 4. PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS PARA O QUADRIÉNIO DE 2012 A 2015 E ORÇAMENTO ORDINÁRIO PARA O ANO DE 2012 DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DA MAIA; -----

3.5. REGULAMENTO MUNICIPAL SOBRE O LICENCIAMENTO DE ATIVIDADES DIVERSAS; -----

3.6. APROVAÇÃO DO RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO DO PERÍODO DE DISCUSSÃO PÚBLICA DO RELATÓRIO SOBRE O ESTADO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO 2010; -----

3.7. CONTRATO DE FORNECIMENTO DE ÁGUA ENTRE O MUNICÍPIO DA MAIA E A ÁGUAS DO NOROESTE, S.A.; -----

3.8. DOCUMENTAÇÃO DA EMPRESA METROPOLITANA DE ESTACIONAMENTO DA MAIA, E.E.M.; ACADEMIA DAS ARTES DA MAIA – PRODUÇÕES CULTURAIS, E.E.M.; ESPAÇO MUNICIPAL – RENOVAÇÃO URBANA E GESTÃO DE PATRIMÓNIO, E.E.M.; MAIAMBIENTE – EMPRESA MUNICIPAL DO AMBIENTE, E.E.M. E DO TECMAIA – PARQUE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA MAIA, E.E.M. – (PARA CONHECIMENTO). -----

1 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA, DE ACORDO COM O ESTIPULADO PELO ART.º 39.º DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, LUCIANO DA SILVA GOMES, iniciou os trabalhos com uma saudação a todos os presentes, tenho manifestado votos de que tenham passado um Feliz Natal. Lembrou aos cidadãos presentes e interessados em intervir no Período de Intervenção do Público, para fazerem a sua inscrição prévia, preenchendo o impresso próprio e fazê-lo chegar à Mesa. Informou que na Reunião do Grupo de Trabalhos das Atividades da Assembleia Municipal tinha sido acordado realizar, no próximo dia 25 de janeiro, uma sessão extraordinária com um ponto único na ordem de trabalhos: Reforma da Administração Local, na qual iria ser discutido o Documento Verde da Reforma da

✓ A PA

Administração Local. Igualmente estava agendada para o próximo dia 10 de janeiro uma reunião do Grupo de Trabalhos das Atividades da Assembleia Municipal com a Câmara Municipal destinada a analisar a situação de insalubridade ambiental provocada pela SN Maia – Siderurgia Nacional, S.A.. Atendendo à importância de alguns pontos da ordem de trabalhos, nomeadamente o Plano e Orçamento da Autarquia, e para evitar uma sessão longa era necessário gerir bem os tempos de intervenção, pelo que solicitou a todos os senhores Deputados contenção no tempo dos seus discursos, sobretudo para que no Período de Antes da Ordem do Dia, cumprissem o tempo regimentalmente atribuído – uma hora. Foram registadas as substituições das senhoras Deputadas Regina Maria Campos de Assunção Serra, do PSD, e Alcinda Márcia Oliveira Guedes da Silva, da CDU, pelos senhores Deputados Armindo Ferreira Moreira e Pedro Miguel Neves Ferreira, respetivamente e já anteriormente identificados. Verificadas as presenças constatou-se a ausência do senhor Deputado Jaime Manuel da Silva Pinho. Ao abrigo da alínea c), do ponto 1, do artigo 38.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Maia, Carlos Santos Teixeira, fez-se representar pelo Secretário do seu Executivo, o senhor Mário Augusto da Costa Ramos. Informou que tinha dado entrada na Mesa dois documentos: o primeiro era uma Proposta de Recomendação, apresentada pelo PS, relativa à questão dos Orçamentos Participativos para o concelho da Maia; o segundo era uma Moção, apresentada pelos senhores Deputados e Presidentes de Junta, sobre o Documento Verde da Reforma da Administração Local. Estes documentos fazem parte integrante da ata como **documentos 1 e 2**, respetivamente. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA abriu as inscrições para o Período de Antes da Ordem do Dia, tendo-se inscrito e usado da palavra os senhores Deputados: -----



PEDRO MIGUEL NEVES FERREIRA falou sobre a Reforma da Administração Local, a proposta da STCP sobre a redução da rede de transportes, o problema do depósito de resíduos perigosos nos terrenos envolventes à Siderurgia Nacional da Maia, a situação de crise económica e os seus reflexos, através da leitura do texto que faz parte integrante da ata como **documento 3.** -----

FRANCISCO AMORIM DOS SANTOS BAPTISTA criticou as medidas de austeridade impostas pelo atual Governo e falou sobre o momento festivo que se vivia, formulando votos para que o próximo ano fosse melhor do que o que estava a findar. Sobre os resíduos depositados nos terrenos da Siderurgia Nacional da Maia, manifestou a sua preocupação pelo grave problema ambiental que estavam a provocar e, sobre este assunto, deu nota da resolução apresentada pelo BE na Assembleia da República, através da leitura do texto que se anexa e que faz parte integrante da ata como **documento 4.** Depois da leitura, informou que a Siderurgia Nacional tinha procedido ao abate das árvores, que era uma cortina ambiental protetora dos residentes nas imediações, para no local aumentar a área de armazenagem de sucatas. -----

LUÍS MARIA FERNANDES AREAL ROTHES disse que o PS apresentava, uma vez mais, na Assembleia Municipal uma Proposta de Recomendação, já anteriormente referida e que faz parte integrante da ata como **documento 1,** destinada ao Executivo Municipal, visando a criação de um modelo próprio de Orçamentos Retificativos no Concelho da Maia. O Partido Socialista, em abril de 2007, já a tinha apresentado, que não teve o acolhimento da Bancada da Maioria. Apresentava novamente a proposta, pois era seu entendimento que, volvidos quatro anos, a proposta fosse encarada de uma forma diferente. Havia várias razões para o fazer, não obstante, iria referir apenas uma. A razão primeira assentava no resultado das boas experiências que, entretanto, se verificaram em Portugal. De entre essas experiências



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

✓
A
M

sublinhou as verificadas nas Câmaras Municipais de Lisboa e de Cascais. Escolheu estes Municípios para sublinhar que este tema não era uma questão partidária, mas apenas política. O caso de Cascais era um excelente exemplo do que era um Orçamento Participativo. No passado dia 24 de novembro de 2011, foram votadas as propostas apresentadas pelos cidadãos, que tinham aderido de forma significativa – cerca de sete mil. Um Orçamento Participativo é um mecanismo de democracia participativa extremamente fácil. Qualquer cidadão pode apresentar uma proposta, que obedece a determinadas regras. Nomeadamente, não é possível apresentar propostas de investimento em terrenos de terceiros ou ultrapassar os valores máximos previamente atribuídos. As propostas são apresentadas, algumas das quais consensualizadas, em sessões de participação pública, que se realizam por todo o Concelho. Os Serviços da Autarquia trabalhavam as propostas e posteriormente eram sujeitas a votação. As mais votadas são incluídas no Plano de Atividades da Câmara de Cascais. Quer em Lisboa quer em Cascais e noutras Autarquias a adesão dos cidadãos tem sido notável e muito mobilizadora. Num documento que está incluído na Ordem de Trabalhos da presente sessão, é referido que, durante o seu período de discussão pública, a participação dos cidadãos tinha sido modesta, quer a título individual quer a nível coletivo. O PS há muito que vinha defendendo a criação de dispositivos adequados para incentivar e promover a participação dos cidadãos. Esses dispositivos não passavam pela apresentação de grandes documentos para discussão pública. Havia outras soluções mais interessantes e com uma maior eficácia. O PS repunha na presente sessão ordinária uma Proposta de Recomendação para a criação de um modelo de Orçamentos Participativos para o concelho da Maia. Apelou para que, desta vez, merecesse o voto favorável do PSD e que não se deixasse arrastar por razões meramente partidárias. Esta Proposta era uma solução, que considerou eficaz, para envolver e mobilizar as pessoas na vida da cidade, na vida do Concelho, na vida das freguesias. Manifestou o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

desejo de poder vir a ser concretizada, no Concelho, o que já se verificava noutras Municípios. O PS da Maia tinha sido o precursor na apresentação de uma proposta de criação de um modelo de Orçamentos Participativos. Considerou positivo se no local onde foi pela primeira vez apresentada viesse a ser aprovada. A ser aprovada só iria valorizar o órgão Assembleia Municipal. -----

ANTÓNIO FERNANDO GOMES DE OLIVEIRA E SILVA louvou os senhores Deputados dos diversos dos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, que acolheram o mote do senhor Presidente da Câmara, iniciaram um trabalho, que esperava vir a ser profícuo, sobre a situação de degradação ambiental da Siderurgia Nacional da Maia. Formulou votos para que a Assembleia Municipal da Maia tenha capacidade para dar um contributo positivo na eliminação do problema que se verifica nesta unidade industrial. Saudou, de forma especial, a ação desenvolvida, sobre este assunto, pelos senhores Deputados da CDU e do BE na Assembleia da República, que os senhores Deputados Municipais apresentaram na presente sessão da Assembleia Municipal. Considerou que esta atitude não poderia deixar de ser louvada e ser elogiada. -----

FLORIANO DE PINHO GONÇALVES antes de apresentar quatro questões ao senhor Presidente da Câmara, quis saudar a iniciativa realizada na sua freguesia, Vila Nova da Telha, referente à Cerimónia de Lançamento da Primeira Pedra para a construção das futuras instalações da Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental – APPACDM, presidida pelo senhor Secretário de Estado da Segurança Social, Doutor Marco António Costa. Além desta ação, louvou e deu os parabéns à Câmara Municipal, por ter oferecido o terreno para a construção de novas instalações, destinadas a uma outra Instituição de Solidariedade Social destinada a apoiar doentes, famílias e todos os que, infelizmente, estão ligados e vivem o drama das doenças raras, a Instituição designada de “Raríssimas –



Associação Nacional de Deficiências Mentais e Raras". Em Vila Nova da Telha também aconteciam casos positivos e bons. Formulou votos para que estas duas Instituições possam ver os seus projetos concluídos. Sobre as quatro perguntas a fazer ao senhor Presidente da Câmara, a primeira relacionava-se com a comunidade de etnia cigana. Perguntou para quando estava previsto o seu realojamento no edifício em construção em Vila Nova da Telha, visto terem-se verificado diversos adiamentos. Pelo que lhe tinha sido dado observar, a obra estava atrasada e ainda deveria demorar mais algum tempo para ficar acabada. Pediu urgência na sua conclusão, pois a comunidade vivia em condições precárias, que afetavam os residentes nas imediações. A segunda pergunta era a de saber qual o destino dos terrenos, onde atualmente estava acampada a comunidade cigana, que eram propriedade da Câmara Municipal. A terceira questão relacionava-se com uma preocupação relacionada com o elevado número de acidentes de viação que se verificavam no cruzamento das Rua 15 com a Rua 5, na Urbanização do Lidor. Apesar da boa sinalização, verificavam-se numerosos acidentes, alguns com muita gravidade. Solicitou ao senhor Presidente da Câmara para enviar ao local os Técnicos da Câmara da especialidade, para no local, estudarem e implementarem sinalização ou outras medidas seguras para combater e evitar, de forma eficaz, mais acidentes. A quarta questão relacionava-se com um assunto, já referido por diversas vezes em sessões anteriores, que era a construção de uma via de ligação da Rua Cruz das Guardeiras à Rua do Divino Salvador de Moreira. Nesta rua está localizada a Unidade de Saúde Familiar de Pedras Rubras. Todos sabiam da dificuldade de acesso à referida Unidade de Saúde. Os acessos eram muito restritos para os moradores de Vila Nova da Telha e da zona oeste da Vila de Moreira, pois, para se deslocarem da Rua Cruz das Guardeiras para a Unidade de Saúde, que dista cerca de duzentos metros em linha reta, tinham de percorrer cerca de mil e quinhentos metros. A construção de uma via de acesso era uma necessidade urgente, bem conhecida por todos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

Há cerca de um ano, o senhor Presidente da Câmara informara a Assembleia que os terrenos estavam em processo de expropriação. Perguntou ao Senhor Presidente da Câmara qual o ponto da situação, se já havia algum projeto para a construção da referida via de acesso, pois o interesse público deveria sobrepor-se ao interesse privado na expropriação dos terrenos. -----

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ENG.^º ANTÓNIO GONÇALVES BRAGANÇA FERNANDES, em resposta às intervenções proferidas disse ao senhor Deputado Pedro Miguel Neves Ferreira que sobre as críticas por ele proferidas ao Documento Verde da Reforma da Administração Local, já havia tomado publicamente a sua posição, de acordo com a Revista “Pontos de Vista”, suplemento de Dezembro do Jornal Público. Nessa publicação, deu um entrevista, da qual fez entrega de uma cópia a cada um dos senhores Deputados e que faz parte integrante da ata como **documento 5**, que sobre a temática Reforma do Poder Local, referiu parte do texto que passou a ler: “No que diz respeito à organização territorial das freguesias, é meu entendimento que esta Reforma deveria ter sido iniciada pelo Parlamento, com a redução do número de deputados e a criação dos círculos uninominais permitindo uma responsabilização da população pelo “seu” deputado. Paralelamente deveriam ser criadas as Regiões Administrativas de acordo com as cinco regiões do Plano da CCDR. Nas Áreas Metropolitanas considero muito importante que o Presidente da Junta Metropolitana seja eleito diretamente pela população. Mais importante que agrupar municípios é necessário existir uma missão de coordenação que, ao nível das Áreas Metropolitanas, deverá ser desenvolvida pela Junta Metropolitana por forma a rentabilizar recursos e não duplicarmos investimentos. A reorganização do mapa autárquico, ao nível das freguesias, deve ser conduzida com muita ponderação. Esta matéria não deve ser encarada como um obstáculo mas, sim, uma oportunidade de melhorar o serviço público de proximidade ao cidadão. Cada caso é um caso e, como tal, é meu entendimento que cada



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

(Handwritten signatures)

Assembleia Municipal deverá propor a solução que melhor sirva a sua população, respeitando a vontade dos municíipes, pois para mim as pessoas estão sempre em primeiro lugar.” Sobre a alteração de carreiras e de horários dos STCP disse que nada estava decidido, pois nada tinha sido comunicado à Câmara Municipal e, se tal viesse a acontecer, a posição da Câmara Municipal seria a de não autorizar a redução no número e frequência de transportes. Sobre a poluição da Siderurgia Nacional disse que o senhor Presidente da Assembleia Municipal lhe tinha enviado um ofício que dava conta que na reunião do grupo de Trabalho das Atividades da Assembleia Municipal, realizada no dia 19 de dezembro último, a questão da poluição ambiental provocada pela Siderurgia Nacional tinha sido, uma vez mais colocada, visto haver um agravamento da situação. Por esta razão, solicitara à Câmara uma reunião para debater este preocupante assunto. Informou que a reunião já estava agendada para o dia 10 de Janeiro. Disse ainda, que a Câmara Municipal estava permanentemente atenta a esta problemática, bem como os senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de São Pedro Fins e de Folgosa. Informou que, na Assembleia da República, ia ser apresentada uma Proposta de Resolução sobre o Pó Histórico que ainda possa, eventualmente, estar armazenado nas instalações da empresa. Ao senhor Deputado Luís Maria Fernandes Areal Rothes disse, sobre a Proposta de Recomendação para a criação de um modelo próprio de Orçamentos Participativos, que ia ser publicada legislação que restringia, ainda mais, os orçamentos municipais, que resumidamente previa um “compromisso zero” - impossibilidade de aumentar o orçamento. Perante esta situação, era cada vez mais difícil fazer planos de atividades no município e com a crise económica não era possível prever o que o futuro nos reservava, augurando nada de bom. Ao senhor Deputado Floriano de Pinho Gonçalves disse que o senhor Secretário de Estado da Segurança Social, Doutor Marco António Costa, numa visita de trabalho realizada no início do mês de novembro, tinha efetuado diversas ações a saber: visita às obras do Lar de



Idosos/Centro de Dia/Apoio Domiciliário em Milheirós da Santa Casa da Misericórdia da Maia; lançamento da 1.^a Pedra do Lar dos Idosos Abrigo Nossa Senhora da Esperança, em Monte Penedo; visita à ASMAN, em Gueifães; lançamento da 1.^a Pedra do Lar Residencial da APPACDM, em Vila Nova da Telha; Inauguração do Berçário/Creche e 1.^a Pedra do Lar de Idosos – O Amanhã da Criança, em Pedrouços; a assinatura do contrato cedência terreno com as “Raríssimas”, em Vila Nova da Telha e finalizada com um encontro com as Instituições de Solidariedade Social do Concelho. Sobre a comunidade cigana informou que vivem, atualmente, em melhores condições que as que tinham há cerca de um ano, graças aos esforços da Autarquia e doutras Instituições. O loteamento estava em fase final de construção, pelo que esperava que, a curto prazo, a comunidade nele fosse realojada. Sobre esta problemática, agradeceu os esforços desenvolvidos pelas Juntas de Freguesia de Vila Nova da Telha e de Moreira. Sobre a sinistralidade no cruzamento das Ruas 15 com a 5, disse que iria pedir à Divisão de Trânsito da Câmara para criar melhores condições de segurança, apesar de considerar que os acidentes aconteciam por falta de civismo e desrespeito das regras de trânsito. Sobre a construção de uma via de ligação da Rua Cruz das Guardeiras à Rua do Divino Salvador de Moreira, disse que havia uma parcela de terreno que estava na fase de expropriação litigiosa. Só depois do Tribunal decidir pela utilidade pública se poderia avançar para a construção da via. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA colocou à votação a admissão da Proposta de Recomendação à Câmara para a criação de um modelo de Orçamentos Retificativos, apresentada pela Bancada Municipal do PS, já anteriormente identificada como Documento 1.

----- A Proposta de Recomendação foi **admitida por unanimidade**. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA abriu as inscrições para a sua discussão, tendo-se inscrito e usado da palavra os senhores Deputados: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

[Handwritten signatures]

ANTÓNIO FERNANDO GOMES DE OLIVEIRA E SILVA disse que na presente sessão da Assembleia Municipal, em que no ponto 3.3 da Ordem de Trabalhos era a Aprovação das Grandes Opções do Plano – Orçamento da Receita e Despesa e Documentos Previsionais do Município, para o ano Financeiro de 2012, que a Câmara Municipal enviara para homologação, o Partido Socialista, no Período de Antes da Ordem do Dia, tinha apresentado, uma vez mais uma Proposta de Recomendação para a criação de um modelo próprio de Orçamentos Participativos para o Concelho da Maia. A mesma proposta tinha sido apresentada em 2007, pelo PS, numa sessão da Assembleia Municipal, que foi rejeitado com os votos contra dos senhores Deputados da Maioria. De 2007 até ao presente nada de significativo tinha acontecido que merecesse uma melhoria na elaboração do Orçamento. Por esta razão, o PSD iria voltar a votar contra. Um Orçamento Participativo é um tipo de gestão municipal no qual a Câmara atribui uma determinada verba para que os munícipes possam apresentar à Câmara proposta de atribuição dessa verba para determinado fim. Havia mérito para a sociedade civil com este tipo de ação. Porém, no município da Maia há muito que existia o modelo de orçamento participativo e participado em muitas áreas, por múltiplas Instituições, nomeadamente na área da juventude através do Conselho Municipal de Juventude; as Instituições Particulares de Solidariedade Social, que apresentam numerosas sugestões de investimentos e de iniciativas e que a Câmara tem acolhido ao longo dos anos; as Juntas de Freguesia do Concelho vêm sistematicamente os seus anseios expressos nos diversos Orçamentos da Autarquia. Isto significa que o Orçamento da Receita e Despesa e Documentos Previsionais do Município da Maia sempre foram participativos e participados. Além disso, como já havia referido o senhor Presidente da Câmara, que não tinha a certeza da exequibilidade do Orçamento, que hoje era presente para homologação, uma vez que não era possível prever o que o futuro nos reservava mas que augurava nada de bom, com os

constantes constrangimentos financeiros com que as Autarquias se viam envolvidas, a apresentação de uma Proposta de Orçamentos Participativos, parecia-lhe não ser mais que um número político que todos sabiam que, nos tempos próximos, não iria ter qualquer exequibilidade prática. O motivo preponderante do voto contra do PSD era uma parte do teor do texto da Proposta, que leu: “Recomenda-se que a Câmara Municipal da Maia avance com a criação de um modelo próprio de Orçamentos Participativos para o concelho da Maia, que se suporte num pacto político entre as diferentes forças políticas que compõem esta Assembleia Municipal”. Esclareceu o senhor Deputado Luís Maria Fernandes Areal Rothes e toda a Bancada do PS, que a Câmara Municipal da Maia assumia, na plenitude, as suas responsabilidades. A Bancada do PSD na Assembleia Municipal assumia igual responsabilidade. Os maiatos tinham decidido, claramente, que o orçamento do nosso Município fosse feito pela Câmara Municipal que eles elegeram. Que o mesmo orçamento fosse de seguida aprovado, ou não, pela Assembleia Municipal, que os Maiatos igualmente escolheram. A ambição da criação de Orçamentos Participativos era uma prática que a Câmara da Maia fazia há décadas. O modelo de Orçamentos Participativos, apresentado pelo PS, era um modelo que tinha alguma graça pois não fazia falta à nossa Maia. Lembrou que o PSD da Maia, quando se apresentou ao eleitorado, assumiu um compromisso de seguir um caminho, que os Maiatos aprovaram. O PSD da Maia não necessitava de palpites ou empurrões do PS para trilhar o seu caminho. O que realmente era necessário era que o nosso país não tivesse chegado ao ponto em que se encontra, que nos permitisse, de forma mais célere e com maior eficácia, atingir os objetivos, que têm sido sistematicamente cerceados por desaires económicos e financeiros que, infelizmente, o PSD herdou.

LUÍS MARIA FERNANDES AREAL ROTHES considerou, perante a atitude razoável manifestada pelo senhor Presidente da Câmara sobre este assunto, que esperava outra atitude

✓ AF

do PSD e que este contribuísse para o sucesso da Proposta apresentada. A intervenção do senhor Deputado António Fernando Gomes de Oliveira e Silva era, uma vez mais, um número político curioso, e que não era a primeira vez que tal acontecia. No passado, o PS tinha apresentado outras propostas construtivas, que o senhor Presidente da Câmara mostrara abertura e reconhecerá como interessantes. Em contrapartida, aparecia a versão mais trauliteira, que colocava em causa a Proposta em análise. Citou como exemplo a Proposta do PS sobre o prémio “Terras da Maia” , que teve uma boa recetividade por parte do senhor Presidente da Câmara, para, logo de seguida, ter sido replicada pelo senhor Deputado António Fernando Gomes de Oliveira e Silva. Reconheceu a dissonância de opinião entre o senhor Presidente da Câmara e o Líder da Bancada do PSD. Na sua intervenção, este senhor Deputado tinha proferido afirmações que considerou incompreensíveis e até uma certa ignorância sobre Orçamentos Participativos. Havia uma diferença substancial no modelo de Orçamentos Participativos da Câmara Municipal de Cascais ou noutras Autarquias que também têm Orçamentos Participativos. A grande diferença está na votação final. As propostas apresentadas são votadas pelos cidadãos. Em Cascais, onde se verificou a primeira experiência, teve uma adesão notável por parte dos cidadãos. Houve uma enorme discussão das diferentes propostas através das redes sociais, da criação de grupos de cidadãos para defender as suas propostas, um enorme entusiasmo em torno deste assunto. Lamentou que o senhor Deputado António Fernando Gomes de Oliveira e Silva também não tivesse referido que, nas reuniões realizadas, havia um trabalho de consensualização das diferentes propostas. A participação dos cidadãos neste processo era merecedora de uma profunda reflexão. Havia, ainda, outra situação que o Líder da Bancada do PSD desconhecia e que era o valor final disponibilizado pela Câmara Municipal de Cascais para o Orçamento Participativo. No início esse valor era de 1,5 milhões de euros destinados a seis projetos. Porém, atendendo à

extraordinária adesão, a qualidade dos projetos apresentados, o Presidente da Câmara aumentou a verba para 2,1 milhões de euros e destinados a doze projetos. Isto aconteceu em Cascais onde o seu Presidente da Câmara estava sujeito a todos os constrangimentos que a Lei pudesse ditar. A diferença estava em acreditar nos cidadãos. Além de tudo isto, havia duas outras situações que considerou inacreditáveis e que não podia deixar de referir. A primeira tinha sido a afirmação proferida pelo senhor Deputado António Fernando Gomes de Oliveira e Silva, sobre a importância daqueles cidadãos que não votaram no PSD. A posição dos quarenta por cento de cidadãos que não votaram no PSD era irrelevante. Considerou esta atitude inacreditável. O que deveria estar em causa era a representatividade dos senhores Deputados da Oposição. Estes senhores Deputados representavam quarenta por cento da população maiata. Por esta razão, seria um absurdo desconsiderar as suas propostas. Considerou de absurdo considerar que a Câmara da Maia já praticava Orçamentos Participativos. Acusou o senhor Deputado do PSD de colocar em oposição a democracia representativa e a democracia assente na participação dos cidadãos. O PS nunca iria pôr em causa a votação do Orçamento da Autarquia na Assembleia Municipal. O PS respeita muito a democracia representativa. O que estava em causa era confiar que os cidadãos eram capazes de apresentar boas propostas em relação a uma parcela reduzida do Orçamento. O problema da não-aceitação da Proposta era devido ao facto de ter sido apresentada pelo PS, que representa aqueles que não devem ter voz na Maia e que não votaram no PSD. Tudo isto se resumia a uma única frase: acreditar, ou não, na capacidade das pessoas apresentarem soluções razoáveis e sensatas para o seu Concelho.

----- Posta à votação a Proposta de Recomendação, apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS, foi reprovada por maioria, com 32 votos contra do PSD e 1 abstenção do Independente e 1 abstenção do PP.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

[Handwritten signatures]

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA colocou à admissão a Moção sobre o Documento Verde da Reforma da Administração Local, subscrita por todos os senhores Presidentes de Junta de Freguesia, já anteriormente identificada como documento 3. -----

----- A Moção foi **admitida por unanimidade**. -----

----- Para a sua discussão inscreveram-se e usaram da palavra os senhores Deputados: -----

ALOÍSIO FERNANDO MAIA NOGUEIRA, falou na qualidade de primeiro subscritor da Moção e de porta-voz, *ad-hoc*, dos senhores Presidentes de Junta de Freguesia. Historiou as reuniões realizadas com os senhores Presidentes de Junta de Freguesia do nosso concelho para a discussão do Documento Verde da Reforma da Administração Local. Considerou este documento como um ataque às bases do poder local, as Juntas de Freguesia. Lembrou que a Moção era subscrita por todos os senhores Presidentes de Junta de Freguesia independentemente do partido que os elegeu. Sem sectarismos. A Moção em análise era o reflexo das reuniões realizadas. Quis fazer um registo de interesses sobre a acusação de que os senhores Presidentes de Junta estavam agarrados ao poder. Esta acusação não fazia qualquer sentido uma vez que, face à lei de limitação de mandatos, a maioria dos senhores Presidentes de Junta não iriam recandidatar-se ao cargo. Entre os quais ele próprio. Isto significa que os senhores Presidentes de Junta exercem a sua missão na defesa dos interesses daqueles que os elegeram. Considerou que havia unanimidade na necessidade de se fazer uma profunda Reforma na Administração Pública. Mas esta Reforma deveria ser de cima para baixo e não através do elo mais fraco, as Juntas de Freguesia. Os Documento Verde da Reforma da Administração Local não contem qualquer ideia ou modelo de reforma. Não existe qualquer proposta sobre a representatividade das freguesias no edifício administrativo português. Não contem uma única ideia sobre o que se pretende para o seu futuro. Para a agregação das freguesias apenas constam os critérios de demografia e de acessibilidade geográfica, fazendo

tábua rasa de todos os outros critérios nomeadamente os económicos, sociais, políticas de proximidade, sociabilidade, desenvolvimento e aprofundamento da democracia participativa. Por tudo isto, os senhores Presidentes de Junta de Freguesia do concelho da Maia estavam frontalmente contra o Documento Verde da Reforma da Administração Local e esperavam solidariedade de todos os senhores Deputados presentes sobre este assunto. Considerou a reforma contida no Documento Verde como uma reforma típica de um burocrata que instalado na sua cátedra, está longe da realidade e que não conhecia os caminhos de Portugal. Quem assim procedia só poderia fazer asneira, que a acontecer seria uma asneira histórica, que se poderia comparar com o atirar de um bebé pela janela fora juntamente com a água do banho. As freguesias eram uma mais-valia e uma riqueza para a democracia portuguesa. Muitos poderão afirmar que não havia paralelismo nos outros países de autarquias com a nossa dimensão. Deveria existir, pois as freguesias em Portugal eram um exemplo de democracia participativo, de proximidade entre o cidadão e o autarca. Agrupar freguesias apenas com recursos a critérios de demografia e de acessibilidade geográfica, seria uma asneira histórica. Apelou ao voto favorável da Assembleia Municipal no sentido de rejeitar a agregação/fusão de freguesias de acordo com critérios exclusivamente de demografia e de acessibilidade geográfica, tal como propõe o Documento Verde da Reforma da Administração Local. Solicita, ainda, que o Governo seja instado a que, previamente ao estabelecimento de quaisquer critérios gerais para a agregação de Freguesias (demográficos ou outros), promova a discussão profunda e se defina qual a função que se pretende para aquelas autarquias no modelo do sistema administrativo português, bem como sobre a sua forma de governo. Pediu, finalmente, que a Assembleia Municipal da Maia esteja solidária com os senhores Presidentes de Junta de Freguesia no sentido de desafiar o Governo para que, caso dessa reflexão resulte a necessidade de agregação/fusão de freguesias, nessa operação devam ser contemplados além

de critérios de acessibilidade geográfica e de demografia, também critérios económicos e sociais, além de outros que ressalvem as particularidades positivas e desencandadoras de políticas de proximidade, sociabilidade, desenvolvimento e aprofundamento da democracia participativa. Este era o sentido das populações que os senhores Presidentes de Junta de Freguesias serviam. Falava em nome de todas as pessoas que confiaram nos seus Presidentes de Junta.

DAVID AUGUSTO DUARTE TAVARES disse que o CDS/PP subscrevia na íntegra a Moção apresentada e as palavras proferidas pelo senhor Deputado e Presidente da Junta de freguesia de Vermoim, Aloísio Fernando Nogueira. Não obstante, o CDS/PP ia abster-se na votação à Moção apresentada. A razão da sua abstenção era devida ao facto de considerar o documento muito redutor. Compreendia a preocupação dos senhores Presidentes de Junta de Freguesia, únicos subscriptores da Moção, em relação às freguesias que representavam. Não obstante, a Reforma da Administração Local, de acordo com o Documento Verde, não se esgotava na organização do território, que prevê a alteração do mapa administrativo do país, reduzindo o atual número de freguesias. O Documento Verde ia muito além disto. A Assembleia Municipal deveria fazer um estudo sério sobre a Reforma da Administração Local, com a elaboração de um Documento que refletisse as reais preocupações de todos os maiatos. Esse Documento deveria ser abrangente, consensualizado e alargado a todos os senhores Deputados de todas as forças políticas representadas na Assembleia Municipal. Num assunto tão sério, como era a Reforma da Administração Local, não devia haver divisões em grupos ou em partidos. Todos, mesmo todos os Deputados da Assembleia Municipal deverão dar o seu contributo. Apesar, como já tinha dito, que compreendia a posição dos senhores Deputados Presidentes de Junta de Freguesia, considerou que o assunto deveria ser tratado por um todo e como um todo e não por um determinado

grupo. O todo não era apenas a organização do território que previa a agregação das freguesias, mas também o setor empresarial local, a gestão municipal, intermunicipal e financiamento, e, ainda, a legislação específica sobre o poder local. -----

SILVESTRE SANTOS GOMES PEREIRA disse que o Bloco de Esquerda iria votar a favor a Moção apresentada pelos senhores Presidentes de Junta de Freguesia. Iria votar a favor porque estava de acordo com o teor da Moção, que refletia uma posição que, há muito tempo, o BE vinha assumindo em relação ao Documento Verde da Reforma da Administração Local. Por isso, estava solidário com a posição assumida pelos senhores Presidentes de Junta de Freguesia e para o demonstrar, de seguida, leu o texto que faz parte integrante da ata como **documento 6**. -----

LUÍS MARIA FERNANDES AREAL ROTHES disse que a Moção apresentada pelos senhores Presidentes de Junta de Freguesia era o reflexo das posições e preocupações do Partido Socialista sobre este assunto. Por esta razão, iria votar a favor. De acordo com a informação prestada pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal, na reunião do Grupo de Trabalho das Atividades da Assembleia Municipal, tinha sido decidido que o senhor Presidente da Assembleia Municipal iria convocar a realização de uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal, para o próximo dia 25 de Janeiro, na qual seria discutido o Documento Verde da Reforma da Administração Local. Por isso, o Partido reservava-se para, então, se pronunciar de forma integrada sobre todas as questões que estão presentes na Reforma da Administração Local. Manifestou toda a disponibilidade do PS em relação a todas as outras forças políticas para se trabalhar conjuntamente, para que possa haver posições assumidas na Assembleia, não deixando de sublinhar que o facto do senhor Deputado António Fernando Gomes de Oliveira e Silva ter considerado que a ideia de que um pacto político e de consensos na Assembleia Municipal ser algo quase pernicioso. O PS não sabia qual seria o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

[Handwritten signature]

entendimento que o líder da bancada do PSD tinha em relação a entendimentos futuros ou se a ideia de entendimento era apenas um caso pontual. Apesar de tudo isto, reiterou que o PS se revia nas preocupações dos senhores Presidentes de Junta de Freguesia, manifestadas na Moção apresentada. Ele próprio sentia essa realidade na sua qualidade de Presidente de uma Assembleia de Freguesia. -----

----- Posta à votação a Moção sobre o Documento Verde da Reforma da Administração Local **foi aprovada por maioria** com uma abstenção, do senhor Deputado do CDS/PP. -----

2 - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO, DE ACORDO COM O ESTIPULADO PELO ART.º 40.º DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.

----- Inscreveu-se e usou da palavra a senhora Município **MARIA OLINDA FERNANDES REIS LOPES GONÇALVES**, residente na rua 4, n.º 259, Urbanização do Lidor, na freguesia de Vila Nova da Telha que falou sobre a comunidade de etnia cigana acampada na Rua 4, colocando três questões à Câmara Municipal, através da leitura do documento que se anexa e que juntamente com a ficha de inscrição fazem parte integrante da ata como **documento 7**: a primeira para saber qual a data prevista de realojamento no edifício em construção; a segunda se, depois de abandonar o acampamento, a Câmara Municipal ia recuperar o local, por se encontrar muito degradado e a terceira para saber se, após a desocupação, qual o destino dos lotes de terrenos, propriedade da Câmara Municipal. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

3. 1. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA N.º 4/2011. -----

----- Não houve inscrições para usar da palavra. Foi feita uma retificação à ata e colocada à votação, com a aludida retificação, foi a ata n.º 4/2011 **aprovada por maioria**, com 4 abstenções motivadas por ausência à respetiva sessão. -----

3.2. INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL. [(ALÍNEA E) DO N.º 1 DO ARTIGO 5.º DO REGIMENTO].

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA informou ter sido enviada a todos os senhores Deputados a informação do senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade municipal, que se encontra anexa a esta ata, da qual faz parte integrante como **documento 8.** –

----- Nenhum senhor Deputado usou da palavra. -----

3.3. APROVAÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO – ORÇAMENTO DA RECEITA E DESPESA E DOCUMENTOS PREVISIONAIS DO MUNICÍPIO, PARA O ANO FINANCEIRO DE 2012.

----- Inscreveram-se e usaram da palavra os senhores Deputados: -----

PEDRO MIGUEL NEVES FERREIRA que leu o texto que faz parte integrante da ata como **documento 9.** -----

SILVESTRE SANTOS GOMES PEREIRA que leu o texto que faz parte integrante da ata como **documento 10.** -----

ANA MARIA FERNANDES LEITE que leu o texto que faz parte integrante da ata como **documento 11.** -----

PAULO ALEXANDRE VIEIRA RESENDE disse que, no concelho da Maia, existia, desde o ano de 2007, o Conselho Municipal de Juventude da Maia, apesar de legalmente não ser obrigatório. Este organismo juvenil reunia e na última reunião tinha sido dito que na que se seguisse, iria ser tratado o assunto sobre os subsídios a atribuir às Instituições de Juventude do nosso concelho. Esclareceu que, apesar da situação económica e de contenção de gastos, não se tinha verificado cortes na orçamentação na área da juventude, pelo contrário tinha havido



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

[Handwritten signatures]

um reforço. As associações juvenis presentes na última reunião, tinham manifestado o seu agrado por esta atitude da Autarquia. Citou como exemplo o reforço do Fundo Maia Finicia, um programa de financiamento da Câmara Municipal da Maia, muito estimulante para os jovens, tendo como objetivo estimular e orientar investimentos a realizar por Micro e Pequenas Empresas do Concelho da Maia, para a melhoria dos produtos e/ou serviços prestados para a modernização das empresas ou para as modificações decorrentes de imposições legais e regulamentares. Este Fundo pretende colocar à disposição das Micro e Pequenas Empresas do Concelho da Maia um produto financeiro inovador e atrativo comparativamente aos produtos da mesma natureza disponibilizados no mercado. É muito estimulante para os jovens que desejem iniciar a sua atividade profissional e empresarial, pelas grandes vantagens que oferece. Os seus projetos podem ter um financiamento até 45 mil euros, com um prazo de reembolso alargado e um subsídio reembolsável sem juros nem taxas, concedido pela Câmara Municipal da Maia.

LUÍS MARIA FERNANDES AREAL ROTHES leu o texto que faz parte integrante da ata como **documento 12**.

CÂNDIDO JOAQUIM LIMA DA SILVA GRAÇA leu o texto que faz parte integrante da ata como **documento 13**.

ANTÓNIO FERNANDO GOMES DE OLIVEIRA E SILVA considerou o documento em análise como um orçamento de rigor estratégico e de esperança para o futuro. Às críticas da Oposição sobre as despesas com o pessoal, referiu que, pela primeira vez, estava incluída uma rubrica com uma verba de cerca de quatrocentos mil euros destinada a indemnizações por cessação de contato a termo certo. Esta rubrica estava prevista na lei, mas nunca havia sido orçamentada pelo nosso Município. O facto de estarem orçadas não significava que a verba

iria mesmo ser utilizada. A Oposição tinha acusado a Câmara de ser despesista por ter aumentado o valor destinado a Fornecimento de Serviços de Terceiros. Lamentou que o PS se tivesse esquecido que este aumento se devia apenas ao fato do valor do IVA ter aumentado para 23%. Isto significava que, na perspetiva do PS, a Câmara deveria reduzir a alimentação nas escolas e ter a iluminação pública apagada durante a noite, para que, desta forma, não tivesse aumentado o valor destinado a Fornecimento de Serviços de Terceiros para cobrir o aumento exponencial do IVA. Sublinhou o facto de estarmos perante um orçamento virado para o investimento futuro, demonstrado na eficiência energética e apostar nas energias renováveis, devidamente enquadradas nos projetos comunitários existentes no QREN para o efeito. Perante a enorme adversidade que a todos afeta, a Câmara Municipal acelera no investimento estratégico na área das energias. Perguntou se este não era o melhor caminho. Lamentou igualmente a crítica de insensibilidade social que a Oposição acusava a Autarquia. Lembrou que a Câmara vinha fazendo um enorme esforço no investimento na área social, nomeadamente no ensino básico e pré-escolar com a construção de novos estabelecimentos de ensino dotados das melhores condições de funcionamento; igualmente a Câmara proporciona às famílias e às crianças da Maia um forte apoio para além das atividades letivas curriculares; igualmente oferece o pequeno-almoço, o almoço, o lanche e até, nalguns casos, o jantar. Perguntou se havia outros Municípios da Área Metropolitana que fizesse tal investimento social. Lembrou que graças à excelência do trabalho desenvolvido, a Câmara Municipal da Maia seria premiada pelo QREN com a aprovação de mais dois projetos de candidatura para a construção de dois equipamentos escolares: um na Freguesia de Barca e outro em Folgosa. Esta era um caso único nas NUT (Nomenclaturas de Unidades Territoriais) da Região Norte. Perguntou se tudo isto significava insensibilidade social. Questionou a Bancada do PS se o



apoio que a Câmara, apesar da crise económica, dava aos mais carenciados e às IPSS do nosso concelho não era sensibilidade social. À crítica de que se verificava uma diminuição das receitas, disse que tal era óbvio, uma vez que espelhava a situação de crise que atravessava o nosso país. Sublinhou o apoio dado às IPSS, às Juntas de Freguesia e às Associações do nosso concelho, que a Câmara nunca se esquece e as quais não são minoradas no orçamento. Por tudo isto, informou que o PSD iria votar a favor o documento Grandes Opções do Plano – Orçamento da Receita e Despesa e Documentos Previsionais do Município, para o ano financeiro de 2012.

JOÃO VELOSO DA SILVA TORRES disse que, noutras sessões, tinha feito intervenções sobre documentos tidos como de natureza técnica, mas que, no seu ponto de vista, eram de natureza política. Apesar de alguns conterem algumas gralhas, que era o caso do presente orçamento, que tinha uma pequena dissonância entre o valor total geral no resumo das receitas e despesas e o total geral das despesas. A posição do Partido Socialista contra o aval a este documento já tinha sido apresentada, com razões fundamentadas, pelo senhor Deputado Luís Maria Fernandes Areal Rothes. Não obstante, havia mais três razões que, no seu entendimento, iriam consolidar a posição assumida pelo PS. A primeira era a de considerar que o PS não tinha confiança política na atual maioria. Como cidadão maiato considerou que, por diversas vezes, a maioria na Assembleia Municipal assumia posições sectárias às propostas altruistas e positivas apresentadas pelo PS. Lamentou a atitude sectária e egocêntrica do PSD sobre as propostas do PS. Por esta razão, renovou o desejo e o anseio de mais cidadãos poderem estar presentes a assistir aos trabalhos das sessões da Assembleia Municipal. Se o fizessem, estava genuinamente convicto que esses cidadãos poderiam verificar que quem os representa não os sabia defender, pois considera que este concelho

estava entregue a pessoas que não estavam em melhores condições de o liderar. Renovou o apelo de que as sessões passassem a ser emitidas para todos os cidadãos maiatos através da internet, tal como o PSD prometera no seu manifesto eleitoral. Falta de confiança era a primeira razão do voto contra do PS. A segunda razão era o cansaço do atual executivo. Num momento de contenção financeira, também era exigível uma grande dose de criatividade por parte dos autarcas. Referiu que tinha acompanhado a atividade de muitos executivos municipais no nosso país, de diversas cores partidárias, e verificava que havia situações que considerou de fantásticas e fabulosas, a ser implementadas um pouco por todo o nosso país. Considerou inaceitável a posição do PSD contra os Orçamentos Participativos. O vizinho município da Trofa já estava a implementar Orçamentos Participativos Jovens. Fez uma analogia informática sobre as Proposta do PS e as do PSD. Considerou as do PS como em formato 3.0 e as do PSD eram compatíveis com a versão 1.0. O PSD estava ultrapassado na forma de fazer política e de percecionarem o que os cidadãos exigiam dos seus dirigentes político-partidários. A montante das questões ideológicas, havia uma grande dificuldade que era a de destruir a barreira existente entre os militantes dos partidos políticos e os cidadãos sem qualquer ligação partidária. Tornava-se necessário ter uma postura vertical na posição que tomamos na nossa vida. A terceira razão relacionava-se com a competitividade do nosso concelho. A competitividade territorial era uma questão essencial no futuro do nosso país. Perguntou quais eram as ofertas nesta área que a Maia tinha para os cidadãos e que outros concelhos não tinham. A Maia deveria criar melhores condições de vida aos seus cidadãos. Apesar de reconhecer que a Maia não era dos piores concelhos no ranking da qualidade de vida, no distrito do Porto, considerou que com os inúmeros recursos que a Câmara Municipal recebeu nas últimas décadas, era exigível que a Maia pudesse estar num patamar de

24



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

desenvolvimento superior em diversos domínios. A perda de competitividade da Maia era flagrante e que chocava-o. Como Deputado Municipal tinham assistido à apresentação de diversos projetos e várias propostas de requalificação dos espaços públicos, do fim da “chaga” do Bairro do Sobreiro, do “esqueleto de betão” onde se previam construir as piscinas olímpicas da Maia. Em muitas sessões e durante muito tempo estes temas foram falados na Assembleia Municipal e de um momento para outro deixou de se ouvir falar neles. Poderiam justificar-se na situação económica nacional, não obstante, considerou ser um engano o que se fazia aos cidadãos da Maia. Era ainda um engano maior, no período eleitoral autárquico, revestir essas infraestruturas com painéis de obra para tentar iludir o comum dos cidadãos. Estas questões e as outras anteriormente referidas eram motivo para que o PS não pudesse aprovar o Documento em discussão. Lamentou que a Maia, apesar das dificuldades, não fosse um concelho liderante. Lamentou a incapacidade da Maia de não conseguir afirmar-se no conceito da Área Metropolitana do Porto. O senhor Deputado António Fernando Gomes de Oliveira e Silva, apesar de ter elencado um investimento estratégico ambiental energético, o que considerou positivo, o Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território confirmava que a Maia não tinha conseguido atingir todas as metas. Era necessário ter criatividade, ter rasgo, encontrar novos horizontes, para se atingir a liderança, o que a atual Maioria não era capaz. Nos grandes investimentos, excluindo os do Parque Escolar que foram impulsionados pelo Governo, a Maia estava a perder competitividade. Os maiatos exigiam da Câmara respostas concretas aos seus problemas, nomeadamente soluções para as dificuldades que os cidadãos iriam enfrentar no próximo ano, a necessidade de criação de mais postos de trabalho e melhoria da mobilidade. Estes problemas não tinham sido falados na presente sessão. Mas estes eram os problemas que preocupavam os jovens e o comum dos cidadãos do

nosso concelho. Acusou o atual Executivo de falta de resposta. O Executivo tinha apenas boas intenções e isto não chegava. -----

RUI MANUEL MADUREIRA MONTEIRO pediu a palavra para dar um esclarecimento. Efetivamente as sessões da Assembleia Municipal poderiam ser todas acompanhadas na internet, e não apenas algumas, como já havia acontecido. Tinha ouvido certas declarações da Bancada do PS que sentira muita dificuldade em aceitar. A sua dificuldade não era motivada por incapacidade democrática para aceitar outras opiniões. A primeira dificuldade em aceitar era o facto de não ter sido referido que a dívida total do município era inferior ao orçamento. Se esta situação fosse verificada no nosso país, Portugal não estaria na situação em que nos encontramos. A segunda dificuldade em aceitar relacionava-se com o facto da Câmara Municipal não ter sensibilidade social. Esclareceu que 52% do valor das Grandes Opções do Plano eram destinadas às funções de caráter social. Eram factos indesmentíveis. Em terceiro lugar, tinha sido referido os cortes na gordura do Orçamento. Lembrou que, apesar de ter havido o aumento do IVA nas refeições escolares, no fornecimento de energia elétrica, as despesas correntes não tinham aumentado. Em quarto lugar, a Câmara Municipal foi acusada de perda de competitividade. Pediu aos críticos para o esclarecerem sobre um facto concreto. Nos dados dos censos de 2011, o Município da Maia era, na Área Metropolitana do Porto, o único concelho que crescia em termos brutos e percentuais. Aconselhou a consultarem os dados e poderiam confirmar que de facto o crescimento era de cerca de 12%. Se estes factos significavam perda de competitividade, sugeriu aos senhores Deputados do PS a lerem bem os valores e a verificar melhor os dados publicados. O senhor Deputado João Veloso da Silva Torres num estilo intervintivo idêntico ao anterior Primeiro-ministro, José Sócrates, tinha feito uma analogia informática idêntica à da venda do “magalhães”. Pediu ao senhor



Deputado João Veloso da Silva Torres para perceber o seguinte: Portugal atravessava um período duro ou dos mais duros da sua história. Essa situação era provocada pelos devaneios e pela incapacidade dos seus governantes saberem conduzir o nosso país no rumo certo. A Maia era um município que tinha capacidade de investimento. Não encontrava uma situação tão favorável nalguns municípios da Área Metropolitana do Porto. Esclareceu que 42% da despesa era destinada ao investimento. Isto era significativo da boa gestão, do rigor, do empreendedorismo do nosso município. Os investimentos iriam potenciar, ainda mais, a economia do nosso concelho. Tudo o que acabara de referir eram factos que quis evidenciar, para repor a verdade.

MARCO JOSÉ DUARTE MARTINS disse que se sentira forçado a pedir a palavra para fazer um pedido de esclarecimento, porque, por duas vezes, os senhores Deputados da Bancada do PSD tinham falado do aumento do valor percentual do IVA, numa tentativa de confundir os presentes sobre esta situação. Antes de apresentar o pedido de esclarecimento, ia apresentar alguns valores constantes no Orçamento. Para que todos fiquem esclarecidos que o PS não queria tirar as refeições escolares, uma vez que parecia ser essa a acusação da Bancada do PSD, referiu que no item Compra de Bens, em que estavam incluídas as refeições para as escolas, havia um aumento de 300 mil euros. Esta verba era bem compensada pelo aumento das taxas e serviços que a Câmara irá cobrar em 2012, nomeadamente serviços especiais desportivos e outros que irão ter um aumento superior a 33%. Isto significava um aumento de receita estimada superior a 800 mil euros. Na Aquisição de Serviços, em que a taxa do IVA não terá qualquer aumento, a Câmara Municipal vê aumentada uma verba superior a 600 mil euros. No item Representação de Serviços, Estudos e Publicidade, no primeiro verifica-se um aumento de 49% e nos três juntos, a Câmara estima arrecadar mais de 700 mil euros. No item



Outros Serviços, verifica-se um aumento de 42%, o que representa o valor de 1,099 milhões de euros. Se a este valor for retirada a verba de 830 mil euros destinada à iluminação pública, valor global no qual realmente o IVA aumenta para 23%, vai-se verificar uma ajustamento tarifário na ordem dos 4 a 5%. O resultado estava muito longe do aumento de 48% que constava no Orçamento. Nos poucos números apresentados era possível poupar mais de um milhão de euros. Isto significava que era possível baixar a previsão orçamental da Câmara no capítulo de Aquisição de Bens e Serviços. Perante estes números, perguntou qual era a tabela do IVA que o PSD tinha consultado na sua análise apresentada. -----

DAVID AUGUSTO DUARTE TAVARES leu o texto que faz parte integrante da ata como **documento 14.** -----

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, em relação às intervenções proferidas pelos senhores Deputados, acusou o senhor Deputado Luís Maria Fernandes Areal Rothes de não ter lido o Plano de Atividades e o Orçamento e de não conhecer o nosso concelho. Se para o senhor Deputado a Maia era um concelho tão mau, não sabia qual a razão de ainda continuava a residir no nosso concelho. Sobre a falta de investimentos, acusou-o de não conhecer a Zona Industrial da Maia porque não conhecia o Parque Tecnológico da Maia. Acusou-o ainda de desconhecer o QREN. A Câmara da Maia tinha apresentado candidaturas ao QREN para a construção de duas novas unidades escolares, para a requalificação de toda a Zona Industrial, para um cluster aeronáutico no aeródromo, para a construção de uma ecopista, para a requalificação de vias rodoviárias do nosso concelho, candidatura ao Programa de Fundos Estruturais do Prohabita e do PER. Informou que o senhor Presidente da República estaria na Maia, no próximo dia 21 de Janeiro, para inaugurar as instalações de uma empresa sedeadna nossa Zona Industrial. A Câmara Municipal tem recebido diversas



solicitações de empresas estrangeiras que manifestam vontade de se instalar no nosso concelho. Citou o caso de uma empresa suíça, do ramo de relojoaria, que pretende instalar uma nova fábrica na Zona Industrial. Possivelmente o senhor Deputado Luís Maria Fernandes Areal Rothes, na sua crítica, deveria ter confundido a freguesia da Damaia, no concelho da Amadora, no distrito de Lisboa, com o concelho da Maia. Aconselhou-o a visitar o nosso concelho para o conhecer melhor. Ele próprio se prontificou a acompanhá-lo para visitarem as obras realizadas, nomeadamente o nosso Parque Escolar do Ensino Básico, que considerou ser o melhor da Área Metropolitana. Informou que nas nossas escolas, as crianças eram recebidas a partir das 7 horas da manhã, onde ficam bem e os seus encarregados de educação as podem ir recolher até às 19 horas. Por tudo isto, não valia a pena discutir com quem não tinha lido o Plano de Atividades e o Orçamento da Maia. Ao senhor Deputado João Veloso da Silva Torres disse quem o ouvira poderia ficar com a sensação de que tinha dado uma aula numa escola qualquer. Porém, este senhor Deputado também não tinha lido o Plano de Atividades e o Orçamento. Esclareceu que as receitas do IMI não iam sofrer qualquer aumento, uma vez que o que estava programado era para o ano de 2013 e não 2012. Esclareceu que sobre as receitas do IMI, a Maia iria ter um encargo extra de cerca de 700 mil euros, para pagar ao Governo para este fazer a reavaliação de todos os prédios do nosso concelho.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA, a propósito da crítica do senhor Deputado João Veloso da Silva Torres sobre a participação dos cidadãos nas sessões da Assembleia Municipal, o que agradeceu, disse que no sítio da internet da Assembleia Municipal eram publicadas todas as atividades, convocatórias, ordem de trabalhos, atas e demais assuntos e documentos de interesse. Todos os cidadãos tinham acesso aos mesmos. Se os cidadãos não vinham assistir às sessões, não era por falta de divulgação, mas por não estarem tão



preocupados com os destinos da Maia como o senhor Deputado João Veloso da Silva Torres manifestara. Todos os que apareciam eram bem-vindos e a sua presença era louvável. Não obstante toda a gente sabia os dias, horas e locais das atividades da Assembleia Municipal. A Assembleia Municipal da Maia, na divulgação das suas atividades, ia muito além do que a lei determinava. -----

----- Posto à votação o documento Aprovação das Grandes Opções do Plano – Orçamento da Receita e Despesa e Documentos Previsionais do Município, para o ano financeiro de 2012, **foi aprovado por maioria**, com 13 votos contra: 10 do PS, 2 do BE e 1 da CDU; 3 abstenções do PS, dos senhores Deputados Luís António Gourgel Fernandes Silva, António Alberto Anjos Monteiro e Vítor Miguel Silva. -----

----- Para fazer uma Declaração de Voto inscreveu-se e usou da palavra o senhor Deputado **VÍTOR MIGUEL SILVA** disse que se tinha abstido por uma questão de consciência e de imperativo moral de saber avaliar a realidade atual. A realidade atual não era a mesma dos anos anteriores. Uma das vantagens de pertencer à Bancada do Partido Socialista era de poder ter opinião e tomar uma posição diferentes dos demais. Absteve-se por uma questão que considerou de muito importante. Na conjuntura económica actual todos deveriam saber e seria bom que as pessoas não se esquecessem, qual era a origem da crise que todos suportavam e qual foi a família política responsável pela mesma, bem como a forma como a crise económica estava a ser abordada. Na sua análise ao orçamento da autarquia para 2012, notava que, que pela primeira vez, havia algum realismo por parte da Câmara Municipal na elaboração do orçamento. Além disto, notava que havia algum esforço na componente social. Não poderia votar contra um orçamento nas condições em que era apresentado. Era óbvio que não era o orçamento desejado, mas era o que era possível apresentar tendo em conta a

situação atual. A sua abstenção não estava próxima de um voto favorável, porque o Executivo Municipal e os Senhores Deputados Municipais sabiam que se afastava muito do que dizia respeito à forma de condução dos destinos da nossa autarquia. Isto não invalidava o facto de ter uma opinião própria e que passava por reconhecer que o presente orçamento era o mais realista. Não se tratava de uma questão de caráter político que pugnaria para o nosso município, não obstante, na sua análise ao orçamento não estava a ver o que tinha acontecido anteriormente, mas no amanhã. No futuro, quando for colocada em discussão a sua execução, irá fazer a sua análise e, de novo, votar em consciência. Se existia algo a que dava muito valor era à defesa dos seus princípios e ao principal princípio que era o de seguir a sua consciência e daqueles que nele depositaram a sua confiança.

3. 4. PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS PARA O QUADRIÉNIO DE 2012 A 2015 E ORÇAMENTO ORDINÁRIO PARA O ANO DE 2012 DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DA MAIA.

----- Nenhum senhor Deputado se inscreveu para usar da palavra -----

----- Posta à votação o documento: “Plano Plurianual de Investimentos para o quadriénio de 2012 a 2015 e Orçamento Ordinário para o ano de 2012 dos Serviços Municipalizados da Maia” foi aprovado por unanimidade.

3. 5. REGULAMENTO MUNICIPAL SOBRE O LICENCIAMENTO DE ATIVIDADES DIVERSAS.

----- Inscreveu-se e usou da palavra o senhor Deputado:

MÁRIO MOREIRA DUARTE disse que iria votar a favor, apesar de não aceitar que no Regulamento constasse o Licenciamento de Exercício da Atividade de Arrumador de Automóveis. Esta questão levantava-lhe dúvidas, nomeadamente o pagamento e a forma de



pagamento. Os arrumadores eram pessoas que deveriam ser objeto de políticas de reinserção social e não da criação da figura profissional de Arrumador. Por isso, estava em desacordo neste ponto do Regulamento, pois a existir era o reconhecimento de que existia uma efetiva exclusão social. O Regulamento Municipal sobre o Licenciamento de Atividades Diversas era uma transferência de poderes dos extintos Governos Civis para as Autarquias. Reconhecia que se tornava-se necessário reforçar o Poder Local, mas este não era um bom exemplo. A questão do reforço do poder local era um problema bem mais sério. Apesar de votar a favor, manifestou esperança de que no Município da Maia nunca venha a ser passado um licenciamento para o Exercício da Atividade de Arrumador de Automóveis. A existir deveriam ser designados de Guardas de Automóveis e não Arrumadores de Automóveis. -----

----- Posta à votação o documento: “Regulamento Municipal sobre o Licenciamento de Atividades Diversas” **foi aprovada por maioria**, com três abstenções dos senhores Deputados do BE e da CDU. -----

3. 6. APROVAÇÃO DO RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO DO PERÍODO DE DISCUSSÃO PÚBLICA DO RELATÓRIO SOBRE O ESTADO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO 2010. -----

----- Nenhum senhor Deputado se inscreveu para usar da palavra -----

----- Posta à votação o documento: “Aprovação do Relatório de Ponderação do Período de Discussão Pública do Relatório sobre o estado do Ordenamento do Território 2010” **foi aprovado por unanimidade**. -----

3.7. CONTRATO DE FORNECIMENTO DE ÁGUA ENTRE O MUNICÍPIO DA MAIA E A ÁGUAS DO NOROESTE, S.A..

----- Nenhum senhor Deputado se inscreveu para usar da palavra -----

----- Posta à votação o documento: “Contrato de Fornecimento de Água entre o Município da Maia e a Águas do Noroeste, S.A.” **foi aprovado por unanimidade.** -----

3.8. DOCUMENTAÇÃO DA EMPRESA METROPOLITANA DE ESTACIONAMENTO DA MAIA, E.E.M.; ACADEMIA DAS ARTES DA MAIA – PRODUÇÕES CULTURAIS, E.E.M.; ESPAÇO MUNICIPAL – RENOVAÇÃO URBANA E GESTÃO DE PATRIMÓNIO, E.E.M.; MAIAMBIENTE – EMPRESA MUNICIPAL DO AMBIENTE, E.E.M. E DA TECMAIA – PARQUE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA MAIA, E.E.M. – (PARA CONHECIMENTO).

----- Nenhum senhor Deputado se inscreveu para usar da palavra -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento da Documentação da Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia, E.E.M.; Academia das Artes da Maia – Produções Culturais, E.E.M.; Espaço Municipal – Renovação Urbana e Gestão de Património, E.E.M.; Maiambiente – Empresa Municipal do Ambiente, E.E.M. e da TECMAIA – Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, E.E.M.. -----

----- Não havendo mais assuntos a tratar, foi lida e aprovada, por unanimidade, a ata em minuta, para efeitos imediatos das deliberações tomadas, tendo sido dado à Mesa o inerente voto para a sua elaboração definitiva. -----

----- E sendo uma hora e quinze minutos do dia vinte e nove de dezembro do ano em curso, foi dada por encerrada a reunião, de que, para constar, se lavrou a presente que vai ser assinada pelos Membros da Mesa: Presidente da Assembleia Municipal, Luciano da Silva



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

Gomes, pela 1.^a Secretária, Maria de Lurdes da Costa Almeida Rebelo Maia e pela 2.^a

Secretária Márcia Isabel Duarte Passos Resende. -----

O Presidente: 

A 1.^a Secretária: 

A 2.^a Secretária: 



GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

recomendado pela
maioria da reunião dos
(PS) + independentes
de 28/12/11
DOC. 1

O Grupo do Partido Socialista na Assembleia Municipal da Maia apresenta, ao abrigo da alínea q) do Ponto 1 do Artigo 5.º do Regimento deste órgão deliberativo, a seguinte:

PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO

A Assembleia Municipal da Maia, reunida em sessão extraordinária no dia 28 de Dezembro de 2011, delibera apresentar à Câmara Municipal da Maia a seguinte

RECOMENDAÇÃO

Considerando:

1. A necessidade de aprofundar a democracia local, através da promoção de processos de participação dos cidadãos que se constituam não como alternativa à representação democrática mas como condição fundamental para a qualificação do exercício do governo pelos eleitos locais.
2. A importância de, a exemplo do que vem acontecendo em muitos municípios em Portugal, na Europa e no resto do Mundo, implicar também os cidadãos no processo de elaboração dos orçamentos municipais, designadamente através de metodologias participativas para a definição das suas prioridades.
3. A utilidade de este processo se suportar num acordo político entre os grupos políticos municipais e numa implicação cívica dos cidadãos e das suas plataformas associativas.

Recomenda-se que a Câmara Municipal da Maia:

1. Avance com a criação de um modelo próprio de ORÇAMENTOS PARTICIPATIVOS PARA O CONCELHO DA MAIA, que se suporte num pacto político entre as diferentes forças políticas que compõem esta Assembleia Municipal e num pacto cívico com os cidadãos e as suas estruturas associativas.
2. Desencadeie um processo participado de implementação deste projeto de construção de ORÇAMENTOS PARTICIPATIVOS PARA O CONCELHO DA MAIA, que permita estabelecer consensos sobre: objectivos, âmbitos de aplicação, metodologias, fases de execução, processo e critérios de apreciação de propostas, modos de avaliação.

Assembleia Municipal da Maia, 28 de Dezembro de 2011

Luis Rothes
Grupo Municipal do Partido Socialista na AMM

Numa das
 reuniões do
 Conselho de
 Freguesia
 da S. Marinha
 realizada no dia
 28/12/11
 foi votada a
 moção

30

✓
P
P

Na reforma proposta pelo Governo no "Documento Verde da Reforma da Administração Local", o ponto mais mediatisado - o único que efectivamente tem sido discutido de forma apaixonada no espaço público - é sem dúvida o da reorganização do mapa das freguesias. E, apesar disso, é talvez o de mais difícil implementação.

Os subscriptores desta moção, todos presidentes de juntas de freguesia, unanimemente reconhecem a necessidade premente de se proceder a uma reforma profunda da Administração Pública, em todos os seus patamares e têm, também por isso, participado activamente na discussão pública das propostas avançadas para a reorganização das freguesias e têm já daquele documento um conhecimento profundo, particularmente no que concerne às freguesias.

Não que tal conhecimento seja grande glória ou produto de grande labor estudo, pois a proposta que é apresentada, nesse particular, resume-se a propor a fusão de freguesias (agregação, num eufemismo politiquês) de acordo com critérios pouco mais que arbitrários, de demografia e acessibilidade, fazendo tábua rasa das realidades bem mais complexas e importantes que estão para lá da demografia e da quilometragem, ou até do papel histórico que as freguesias sempre desempenharam na arquitectura do Estado português, mesmo antes de terem sido integradas no sistema administrativo. Durante séculos, apesar da sua existência respeitar à organização eclesiástica, de quem constituíam a sua célula-base, a acção das freguesias esteve presente em múltiplos campos da área social, com relevância directa ou indirecta e em maior ou menor grau, nos concernentes a desempenhos de beneficência, instrução pública, orfanatos, misericórdias e hospitais e, em torno delas, firmaram-se no dia-a-dia os vínculos religiosos, culturais, educativos e assistenciais das populações, substituindo em muitos aspectos a acção do Estado central. E, em maior ou menor grau, apesar de integradas na orgânica do Estado, assim continua a ser, pois a acção das freguesias continua a ir muito além do seu estrito quadro legal de competências. O seu quadro de realidade é, seguramente, bem mais amplo.

Aliás, não se vislumbra sequer qual a lógica que está subjacente à referida fusão, pois nem o argumento da racionalização financeira resiste a uma simples operação aritmética das mais simples.

Poderá fazer sentido, em algumas situações, promover medidas potenciadoras de coesão, de consistência, de eficiência e de optimização de recursos. Não faz porém sentido impor unilateralmente a agregação como uma solução geral e única. Aqueles objectivos podem ser atingidos, por exemplo, pela promoção de medidas conjuntas de eficiência, que passem pela partilha e dinamização de infra-estruturas, actividades, património ou instituições de apoio social. Ou por outras acções gizadas de acordo com a realidade e a necessidade de cada território, que não passe pela sua desagregação.

Outros critérios deveriam igualmente ser contemplados na redefinição do mapa das freguesias, como critérios económicos (as freguesias com autonomia financeira, por receitas próprias, podem igualmente vir a ser extintas?), de desenvolvimento (freguesias que apresentaram, para além de aspectos económicos, uma evolução ambiental, de dotação de infra-estruturas e equipamentos) e sociais (importância real da autarquia para a população local, em termos de prestação de serviços), entre outros, que ressalvem as particularidades positivas e desencadeadoras de políticas de proximidade, sociabilidade, desenvolvimento e aprofundamento da democracia participativa.

Além disso, em tempos de crítica generalizada do alheamento dos cidadãos em relação à causa pública, nunca por nunca se deveria perder de vista que as freguesias, bem ou mal, convocam para actividade política dezenas de milhares de cidadãos que, de outra forma, para ela não estariam disponíveis eu não teriam espaços para a levar a cabo.

A reforma das freguesias para ser bem sucedida deve ser precedida de uma profunda reflexão em torno da nossa realidade autárquica, das suas dificuldades, potencialidades e diversidade local. E essa reforma, a ser implementada, deve partir da discussão sobre qual o papel actual das freguesias no nosso território e que papel pretendemos para elas no futuro e, bem assim, do modelo de governo local que pretendemos. Essa discussão não foi feita e é urgente que se faça, pois deve preceder qualquer estabelecimento de quaisquer critérios gerais.

Dizem alguns que o referido "Documento Verde da Reforma da Administração Local" mais não é do que um documento de trabalho, um pontapé de saída para a reforma, que irá receber aperfeiçoamentos ao longo do seu itinerário de maturação. Esperamos que tal corresponda à realidade e que, a final, a Reforma que venha a ser concretizada não corresponda apenas a uma mera operação de "corte e costura" geográfica para aparentar o mero cumprimento da tarefa imposta externamente. A manter-se como está a reforma das freguesias seria uma asneira histórica e um efectivo retrocesso na qualidade da nossa Democracia.

O certo é que não se vislumbra que existam mecanismos institucionalizados para que quem assim o entenda possa, de forma eficiente e rápida, fazer chegar a quem de direito as suas sugestões e contributos para o aperfeiçoamento e maturação da reforma. No que toca à alteração do mapa das freguesias, o Documento verde, aliás, limita-se a enunciar os critérios, exclusivamente demográficos e de acessibilidade para a agregação das freguesias e a impor um calendário, que, a não ser cumprido de acordo com os critérios estabelecidos pode ser avocado pela administração central.

Resta-nos, assim, a acção política nos fóruns a que temos acesso, como é o caso vertente das Assembleias Municipais e por seu intermédio apresentar as nossas propostas para a Reforma das Freguesias.

Tudo ponderado, propomos que a Assembleia Municipal aprove o seguinte:

- Instar o Governo a que previamente ao estabelecimento de quaisquer critérios gerais para a agregação de freguesias (demográficos ou outros) promova a discussão profunda e se defina qual a função que se pretende para aquelas

n A AP

autarquias no modelo do sistema administrativo português, bem como sobre
a sua forma de governo.

- Instar o Governo para que caso dessa reflexão resulte a necessidade de agregação/fusão de freguesias nessa operação devam ser contemplados além de critérios de acessibilidade geográfica e de demografia, também critérios económicos e sociais, além de outros que ressalvem as particularidades positivas e desencadeadoras de políticas de proximidade, sociabilidade, desenvolvimento e aprofundamento da democracia participativa.
- Rejeitar a agregação/fusão de freguesias de acordo com critérios exclusivamente de demografia e acessibilidade geográfica, tal como propõe o "Documento Verde da Reforma da Administração Local".

A ser aprovada, do teor desta moção deve ser dado conhecimento a:

- Ao senhor Presidente da República
- À senhora Presidente da Assembleia da República
- Ao senhor Primeiro Ministro
- Ao senhor Ministro da tutela
- aos Grupos Parlamentares representados na Assembleia da República
- aos senhores Presidentes das Assembleias de Freguesia do concelho da Maia
- À Associação Nacional de Freguesias

Maia, 28 de Dezembro de 2011

O Primeiro subscritor

*Mário Ferreira da Maia
Francisco de Paula Guedes
José Ferreira dos Santos
Lílio Silva Caeiro Eugénio José Viana Teixeira
Nuno Mota Pinto Júnior Fernando Oliveira Ribeiro
Ana Soárez
Rui Viegas
Fernando Augusto Fachado Teixeira
Luis da Costa Guedes
Hadjullay Serey
Socorro*

COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA**Período de Antes da Ordem do Dia**

Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia Municipal,

Ex.mo Sr. Presidente da Câmara Municipal,

Demais membros da mesa,

Caríssimos Srs. Deputados,

Estimados membros do público:

Começaremos por uma breve referência às resoluções do último congresso da ANAFRE, que saudamos, dando conta da nossa profunda insatisfação com o rumo seguido pelo poder político no que à reforma da administração e do poder local respeita. Trata-se de uma questão de vital importância não só para as Juntas de Freguesias como também para as Câmaras Municipais e Assembleias Municipais, pelo que este órgão soberano, que aqui representamos, deverá tratar a matéria com a importância que a mesma merece, tal como, evidentemente, a Câmara Municipal da Maia, cuja posição sobre o assunto gostaríamos de conhecer. Em todo o caso, deixamos duas considerações: em primeiro lugar, a CDU entende que o “documento verde” tido como ponto de partida para esta reforma é irresponsável e refere-se a um país que certamente não é este nosso Portugal. Em segundo lugar, entendemos que qualquer reforma da administração local deve começar pelo mais óbvio, pela regionalização consagrada na Constituição da República Portuguesa. Esta tentativa canhestra da governação, sob o comando da dita trílica, mais não visa que o silenciamento do poder local, amputando-nos daquela que é porventura a mais genuína instituição da representação democrática em Portugal.

✓
d
A

Uma outra questão que muito nos preocupa actualmente prende-se com uma notícia do Jornal de Notícias, do passado dia 15 do corrente mês, que anunciou em primeira página uma proposta da STCP entregue a um grupo de trabalho nomeado pelo Governo, que estuda a revisão da rede de transportes, na qual constam inaceitáveis reduções no número e frequência de transportes que afectam particularmente a Maia. Assim, pretende a STCP: diminuir o percurso da linha 600 e reduzir a sua frequência; suprimir o serviço nocturno e a frequência de domingo da linha 601; reduzir a frequência e diminuir o percurso em Vila Nova da Telha do 602; suprimir o serviço nocturno e reduzir em $\frac{1}{4}$ a frequência diária do 603; suprimir o serviço nocturno e reduzir a circulação de domingo do 604. Mas não se fica por aqui. A linha 705, que faz parte dos serviços de Valongo mas que, no seu percurso, serve directamente as populações de Águas Santas e Pedrouços verá reduzida a sua oferta nos dias úteis; as linhas 706 e 707, cujos percursos servem as mesmas populações, serão pura e simplesmente eliminadas, sendo os seus serviços entregues a operadoras privadas. Fica assim claro como a água quem efectivamente beneficia desta ideia. As consequências são boas de ver: aumento do valor dos passes, segundo o jornal em cerca de 16%, aumento dos valores dos bilhetes simples, diminuição da qualidade do serviço e, lá mais para a frente, quando a poeira assentar, eliminação dos transportes financeiramente inviáveis para as operadoras privadas.

Nos dias que correm, tudo o que é serviço público é passível de ser reduzido ou dirimido, em nome da crise, da reestruturação dos serviços e da falta de dinheiro. Curiosamente, ou talvez não, o mesmo jornal noticia uma semana depois que o BCE vai ajudar a banca europeia com 490 mil milhões de euros. É sintomático como efectivamente se vive num tempo em que o capital é claramente mais importante que a dignidade humana, e

que isto mesmo repetem, de modo mais ou menos velado, os responsáveis políticos nacionais e europeus sem qualquer pejo ou contrição.

Senhor presidente da Câmara, esta redução da oferta de transportes públicos, esta autêntica regressão não é aceitável. Esperamos da Câmara Municipal uma posição firme perante este agravio aos maiatos e a todos os habitantes da área metropolitana do Porto.

Soubemos pela bancada parlamentar na Assembleia da República do Partido Comunista Português, das diligências tomadas pelo senhor presidente da Câmara no sentido de ver resolvido o problema do depósito de resíduos perigosos em terrenos envolventes à Siderurgia Nacional na Maia. Sobre este assunto, gostaríamos de perguntar a V. Exa. se existe já alguma resposta da parte da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte relativamente ao assunto, bem como se há alguma reacção da Siderurgia Nacional. Da nossa parte, pode a Câmara Municipal contar com todo o apoio na resolução desta problemática.

Esta será a última reunião da Assembleia Municipal da Maia deste ano de 2011. Um ano marcado pela crise económica, pelo empobrecimento da nação e por uma lamentável capitulação do Governo PSD – CDS/PP que se comporta como uma autentica comissão de liquidação do país. As principais vítimas de tais desmandos são os trabalhadores portugueses, a cada semana confrontados com novos cortes, novos retrocessos nos seus direitos, menos liberdade e, vejam bem, ainda mais endividados. À diminuição real de salários e ao roubo dos subsídios de Natal, acrescenta-se neste final de ano o fim da majoração das férias e a eliminação de 4 feriados, incluindo o 5 de Outubro, a celebração da República. É de uma evidência atroz como o que quer que cheire a liberdade causa engulhos a esta direita reaccionária que nos desgoverna.

Resta-nos terminar com os votos de um bom ano para todos, para a Maia e os maiatos em especial, e a reafirmação da disponibilidade da CDU

em lutar pela defesa da nossa terra, das nossas gentes, no espírito das liberdades de Abril que tanto nos custaram a ganhar.

Maia, 28 de Dezembro de 2011



O Deputado da CDU

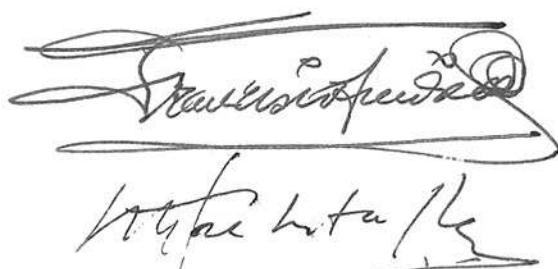


Sobre os resíduos da Siderurgia Nacional

- Proj. Resolução apresentado pelo BE na AR.
- 1 - O BE na A Municipal e fora dela, tem chamado por diversas vezes a atenção para o gravíssimo problema ambiental decorrente da deposição de resíduos perigosos nos terrenos anexos à Siderurgia.
- 2 - Os exames técnicos feitos pelo LNEC (Laboratório Nacional de Engenharia Civil) ao aterro em S. Pedro da Cova, confirmaram a perigosidade para a saúde pública e para o ambiente daqueles materiais.
- Recordamos que o material depositado em S. Pedro da Cova é constituído por resíduos da atividade siderúrgica e foram transportados para aquele local, em violação das normas nacionais e comunitárias sobre o tratamento de resíduos industriais.
- 3 - O BE saúda a iniciativa do Sr. Presidente da Câmara da Maia por se ter dirigido aos diversos grupos parlamentares da AR referindo, justamente, a indiferença/desleixo/abandono com que as entidades oficiais têm lidado com este problema.
- 4 - O BE cumpriu com as suas responsabilidades, ao elaborar um Projeto de Resolução.
- 5 - Espera-se que em defesa da saúde pública e dos recursos aquíferos e ambientais do concelho da Maia os restantes partidos da AR votem favoravelmente o Proj. de Resolução do BE, dando assim início ao adequado encaminhamento dos resíduos industriais e às necessárias medidas de recuperação ambiental.

Maia, 28 de Dezembro de 2011

O Grupo parlamentar do Bloco de Esquerda



The image shows two handwritten signatures. The top signature is in cursive and appears to read "Francisco Pires". The bottom signature is also in cursive and appears to read "Vasco Lobo". Both signatures are written over a horizontal line.



Bloco de Esquerda
Grupo Parlamentar

PROJECTO DE RESOLUÇÃO N.º /XII/1.^a



RECOMENDA AO GOVERNO QUE SEJAM DESENCADEADOS OS PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DOS RESÍDUOS PROVENIENTES DA EX-SIDERURGIA NACIONAL E DEPOSITADOS EM S. PEDRO DE FINS NO CONCELHO DA MAIA

Após inúmeras manifestações de protesto das populações e autarcas de S. Pedro da Cova, Gondomar, contra os resíduos depositados nas antigas minas daquela freguesia do concelho de Gondomar, foi desencadeado em Outubro de 2010 um processo de avaliação, a cargo do LNEC, com vista à caracterização daqueles resíduos.

As conclusões do estudo elaborado pelo LNEC confirmaram a elevada perigosidade dos resíduos depositados nas escombreiras das antigas minas de S. Pedro da Cova, Gondomar: concentrações de chumbo muito superiores ao valor limite previsto na legislação para aterros de resíduos perigosos, bem como elevado teor em óleo mineral (C10-C40). Pelo que a CCDR-N determinou em Março de 2011 a remoção dos depósitos de resíduos em causa para um centro de tratamento e valorização de resíduos perigosos e ainda a requalificação e protecção ambiental do lugar do aterro em S. Pedro da Cova, Gondomar.

Tais procedimentos estão em marcha. Sucede contudo que aqueles resíduos são provenientes da extinta Siderurgia Nacional, encontrando-se ainda uma enorme quantidade (cerca de 30 mil toneladas) de resíduos nos terrenos anexos às instalações em S. Pedro de Fins, concelho da Maia. E sobre estes resíduos não se verificou, até ao

momento, qualquer avaliação da sua situação nem se iniciou a remoção para um adequado destino final.

A perigosidade já confirmada destes resíduos e a desprotecção da saúde pública que decorre da deposição há já vários anos destes materiais, têm gerado justificada preocupação das populações e autarcas da freguesia de S. Pedro de Fins e do concelho da Maia.

Para protecção dos interesses ambientais em causa e para defesa da qualidade de vida das cidadãs e dos cidadãos de S. Pedro de Fins, concelho da Maia, impõe-se a urgente tomada de medidas.

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia da República recomende ao Governo que:

1. Através das entidades competentes em matéria de protecção e promoção ambiental, sejam desencadeados os procedimentos para integral cumprimento das normas comunitárias e nacionais relativas à gestão dos resíduos provenientes da extinta Siderurgia Nacional e depositados em terrenos de S. Pedro de Fins no concelho da Maia;
2. Se proceda à remoção integral daqueles depósitos de resíduos para um centro de tratamento e valorização de resíduos perigosos e à requalificação ambiental dos terrenos em causa, em S. Pedro de Fins, concelho da Maia;
3. Seja efectuada a monitorização ambiental e piezométrica das águas subterrâneas na área envolvente do depósito de resíduos;
4. Sejam apuradas as responsabilidades que os resultados dos procedimentos em causa reclamarem.

Palácio de São Bento, 6 de Dezembro de 2011

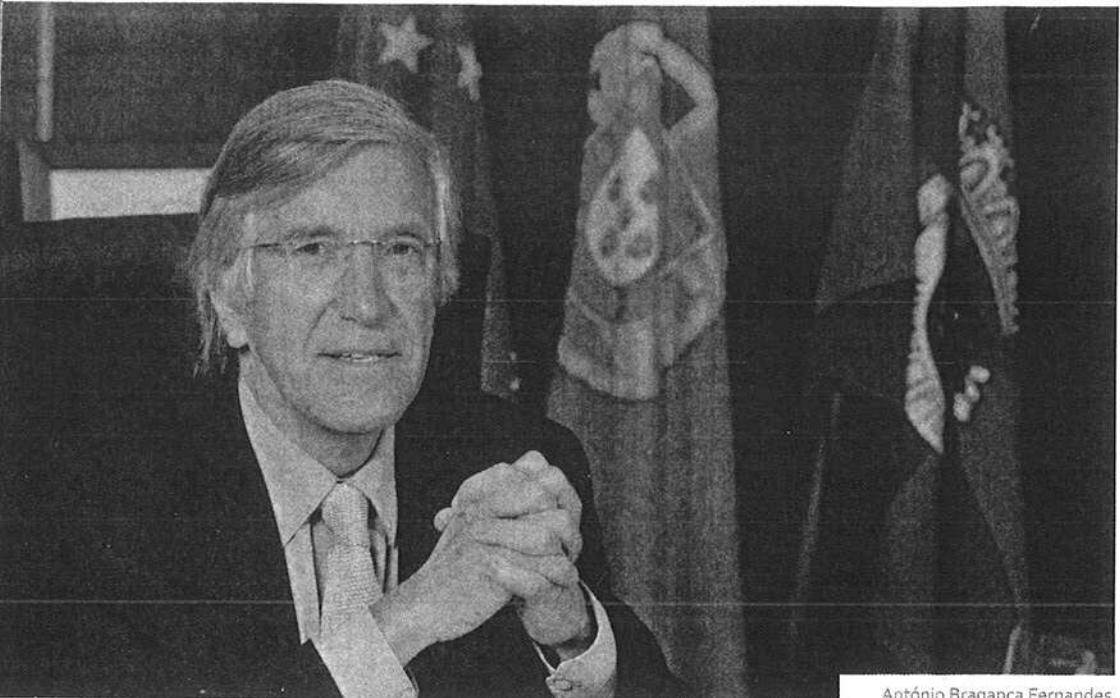
Os Deputados e as Deputadas do Bloco de Esquerda,

✓ MP

Por António Bragança Fernandes, Presidente da Câmara Municipal da Maia

"Mais importante que agrupar municípios é necessário existir uma missão de coordenação"

"A reforma do Poder Local é uma reforma necessária. Porém, deve ser enquadrada numa profunda reforma do próprio Estado tornando-o mais eficaz, rumo à sustentabilidade, para servir melhor as pessoas", comenta o presidente da edilidade maiata a respeito das várias demandas da reforma do poder autárquico.



António Bragança Fernandes

Nesta reforma do poder local estão previstas várias acções, nomeadamente no sector empresarial local, na lei eleitoral autárquica e na organização administrativa e geográfica. O país democrático, como o conhecemos, viveu um acentuado nível de desenvolvimento com reflexos na melhoria da qualidade de vida das populações. Para esta realidade, muito contribuiu o Poder Local através dos seus autarcas.

Analizando os vários temas em discussão, e, no que diz respeito ao sector Empresarial local (SEL) é importante que se proceda a uma distinção das entidades que o compõem, tendo em conta os objectos sociais, e proceder a um enquadramento económico, financeiro e fiscal diferenciado. Não faz qualquer sentido aplicar os mesmos critérios a entidades empresariais municipais (EEM's) ou empresas municipais (EM's) cujo objecto social se relaciona com o desenvolvimento de actividades culturais e educativas/formativas e EEM's ou EM's cujo objecto social seja, por exemplo, a construção e manutenção de obras

públicas ou a exploração/comercialização de serviços (estacionamento, água, etc). As EEM's e EM's de índole cultural, educacional/formativo deveriam ser objecto de diferenciação fiscal positiva e dispensadas das ratios relacionados com receitas próprias. As actividades culturais, educacionais/formativas não são lucrativas e são disponibilizadas gratuitamente ou a preços sociais.

Existem também EEM's ou EM's cuja actividade se dedica exclusivamente à captação de investimento, à fixação de empresas e à criação de postos de trabalho qualificados, como por exemplo os parques de Ciência e Tecnologia, participados maioritariamente pelos municípios. Estas entidades devem ser autonomizadas em relação aos critérios de endividamento municipal, já que a maior parte dos seus investimentos (nomeadamente a construção de edifícios destinados à instalação das empresas) são efectuados com recurso a financiamento bancário, da mesma forma que não devem estar sujeitas às regras da contratação pública, atendendo ao facto que a maior parte das negociações para venda/arrendamento de espaços a empresas

nacionais, estrangeiras e multinacionais obrigam a negociações "ao céntimo" no valor do metro quadrado, e que carecem de decisões rápidas que não se compadem de prazos "concursais". Submeter estas entidades às regras normais de enquadramento do SEL é liquidá-las a muito curto prazo.

No que se refere à Democracia Local, se considerarmos que, no plano abstracto, a escolha dos membros dos executivos feitas pelos presidentes de Câmara entre os eleitos às assembleias municipais parece ser uma boa ideia, no campo da sua aplicação concreta poderá levantar inúmeras dificuldades, sobretudo quando as maiores sejam tangenciais, provocando consequente instabilidade política. Seria útil que a escolha dos executivos municipais por parte dos presidentes de Câmara fosse efectuada nos mesmos moldes que o primeiro-ministro compõe o Governo do país.

Uma vez que o primeiro candidato da lista à Assembleia Municipal será sempre o candidato a presidente de Câmara, este deverá ter a possibilidade de compor o Executivo municipal nas melhores condições políticas, com a legitimidade

consequente do sufrágio eleitoral realizado, podendo inclusive recorrer à sociedade civil para esse efeito. Já no que se refere aos vereadores não faz sentido a manutenção da figura "meio-tempo". Os Vereadores que compõem os executivos municipais devem ser em menor número mas todos a "tempo inteiro". Outro dos aspectos a abordar prende-se com o regime de exclusividade e o estatuto dos presidentes de Câmara que devem ser idênticos aos dos senhores deputados da Assembleia da República. Relativamente ao número de dirigentes (directores de departamento e chefes de divisão) que integram as macroestruturas dos municípios bem como o número de empresas municipais que deverão funcionar, deve ser da inteiramente responsabilidade do presidente da Câmara a respectiva definição, tendo sempre presente a sustentabilidade do Município, uma vez que, este, é sufragado a cada quatro anos pelos cidadãos, em função das opções políticas que toma para o respectivo Município.

No que diz respeito à organização territorial das freguesias, é meu entendimento que esta Reforma deveria ter sido iniciada pelo Parlamento, com a redução do número de deputados e a criação dos círculos uninominais permitindo uma responsabilização da população pelo "seu" deputado. Paralelamente deveriam ser criadas as Regiões Administrativas de acordo com as cinco regiões do plano das CCDR. Nas Áreas Metropolitanas considero muito importante que o presidente da Junta Metropolitana seja eleito directamente pela população.

Mais importante que agrupar municípios é necessário existir uma missão de coordenação que, no nível das Áreas Metropolitanas, deverá ser desenvolvida pela Junta Metropolitana por forma a rentabilizar recursos e não duplicarmos investimentos. A reorganização do mapa autárquico, ao nível das freguesias, deve ser conduzida com muita ponderação. Esta matéria não deve ser encarada como um obstáculo mas, sim, uma oportunidade de melhorar o serviço público de proximidade ao cidadão. Cada caso é um caso e, como tal, é meu entendimento que cada Assembleia Municipal deverá propor a solução que melhor sirva a sua população, respeitando a vontade dos municípios, pois para mim as pessoas estão sempre em primeiro lugar.



POSIÇÃO DO BLOCO DE ESQUERDA

SOBRE A PROPOSTA DA REFORMA ADMINISTRATIVA.

Numa apreciação global às propostas do documento Verde, o Bloco de Esquerda considera que estamos perante **o maior ataque de sempre á democracia local**, nascida no 25 de Abril, face ao qual não há lugar para ingenuidades nem hesitações.

O acordo com a troika não passa de um pretexto para a aplicação dos velhos projectos de alteração das leis eleitorais autárquicas, reforçando a centralização do poder, o presidencialismo, o bipartidarismo e a limitação drástica da autonomia do poder local, e esquecer a Regionalização consagrada na Constituição.

Hoje, os projectos do atual governo procuram manipular os sentimentos populares face á crise: o combate ao despesismo e aos excessos de gastos das empresas municipais, ideia mil vezes repetida de que há autarcas e órgãos autárquicos a mais. Tudo serve para restringir o pluralismo e diminuir o controlo democrático dos cidadãos e das forças políticas da oposição, facilitando a corrupção.

Significativamente, o lançamento do documento Verde foi antecedido pela extinção da Inspecção-geral da Administração Local, de forma quase silenciosa não fora a corajosa carta do Inspector-Geral.

Em matéria de reorganização territorial, o governo lança-se para já na extinção de mais de metade das freguesias, principalmente na Região Norte. Depois passará, lá mais para diante, à extinção dos municípios. Para já, diz que deve haver fusões voluntárias, depois será a fusão por diploma legal. A extinção de mais de metade das 242 freguesias da Área Metropolitana do Porto ou de mais de metade das existentes na região Norte, depois do encerramento da Escola, do posto Medico, dos CTT ou das Finanças, vai acabar não apenas com o único elemento simbólico da presença do Estado mas também com uma importante presença material pois funciona como balcão de muitos serviços de proximidade, nomeadamente na área social.

~ & AP

Desde 1916, quando a paróquia civil passou a designar-se por “freguesia”, ou desde 1836 quando os 826 concelhos foram reduzidos a 351, muito mudou: mudou a distribuição da população, mudaram os equipamentos, mudou a ocupação e o uso do território. Tem por isso todo o sentido haver uma reorganização do mapa territorial. Mas exigimos coerência e o respeito de princípios democráticos, nomeadamente:

Nos critérios demográficos e de área geográfica para a existência de freguesias, devem ser consideradas variáveis tal como a orografia, rede de transportes públicos e a concentração ou dispersão do povoamento. A extinção fusão ou agregação de freguesias/municípios, deve ser sempre precedida de parecer favorável do respectivo órgão deliberativo-assembleia de freguesia ou municipal e de referendo local para que todas as cidadãs e todos os cidadãos se possam pronunciar.

A proposta defendida no Documento Verde de impor freguesias urbanas com 20.000 habitantes é absolutamente desadequada, quando 120 dos 308 municípios portugueses têm menos de 10.000 eleitores.

O que irá acontecer, senão uma enorme confusão no sistema autárquico, quando o governo criar freguesias na zona litoral do país com mais de 20.000 habitantes enquanto que no interior do país a maioria dos municípios nem chega a metade desse número de habitantes?

Veja-se o caso do distrito de Vila Real: em 14 municípios, 12 municípios têm menos população que as freguesias com 20.000 habitantes que o Documento Verde quer impor nas cidades do litoral. Que ideia é esta de querer fazer freguesias (autarquia que só existe em Portugal) com 20.000 habitantes, quatro vezes mais que a média (de 5.000 habitantes) dos 90.000 municípios que existem na União Europeia?

Qual é a razão desta proposta? Desafiamos todos a interrogarem os defensores do Doc. Verde para que expliquem quais as suas verdadeiras intenções, pois temos a certeza de que este a ser levado à prática, apenas irá acentuar ainda mais a centralização do poder e em termos ganhos económicos nada de significativo poderá resultar. Será que descobriram nas Freguesias a resposta para a existência da actual crise económica?

Sabemos no BE que este combate vai ser difícil e não temos ilusões que por melhor que sejam as nossas propostas o rolo compressor dos partidos da troika tudo tentará para impor a sua vontade de destruir as freguesias e a sua principal vantagem: **a proximidade aos cidadãos**. Mas nós iremos á luta e contamos com todos os autarcas para um debate sério, participado e proativo na busca de consensos que tragam algo de mais positivo para uma efetiva organização administrativa do território.

Assim, defendemos e apelamos ao Senhor Presidente desta Assembleia Municipal que organize antes do final de Janeiro um amplo debate em que participem as freguesias, as associações e colectividades de Maia, as escolas, o ISMAI e a população. Só após tal debate, a Assembleia Municipal estará em condições democráticas, para em finais de Janeiro aprovar uma posição sobre o Doc. Verde da reforma da administração local.

28 de Dezembro de 2011

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda

Maia, 28 Dezembro 2011

Silvestre Pereira



Silvestre Pereira
Francisco Amorim

INSCRIÇÃO PARA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Doc. 7

Exm.º Senhor:

Presidente da Assembleia Municipal
MAIA

Nome Jávez Olivedo F. Reis Lopes Gonçalves

Morada Rua 4, nº 259 - urb. do Lidalde

Freguesia V.N.Telha

Código Postal 4470-713

Vem, muito respeitosamente, solicitar a V. Ex^a., que atento ao disposto no nº 3, do artigo nº 40.º do Regimento da Assembleia Municipal da Maia, lhe seja concedido um período de tempo para pedir os seguintes esclarecimentos:

Descrição do assunto:

Quando é que estão previsões a saída dos cegados.

Fin para ~~que~~ que fui seré dado aos donos fates de terrenos pertencentes à Câmaras Municipais.

Maia, 28/12/2011

(Assinatura)

Jávez Olivedo Gonçalves

Obs.: A intervenção do público fica sujeita às regras estabelecidas no artigo 48º do Regimento da Assembleia Municipal da Maia.

28/12/2011

Começando moradora da Urbanização do
Lidador, mais propriamente na Rua 4,
onde neste momento ainda existe
um acampamento de pessoas de etnia
cigana.

Esperamos nós que a sua saída esteja
para breve, visto que, o lugar definitivo
encontra-se praticamente pronto.

Assim sendo, nós, os moradores desta
rua assim como os moradores cir-
cundantes pretendemos que após a
saída dos ciganos sejam repostos os
paralelos soltos devido às diversas fa-
vagens necessárias que a Praia Ambien-
te fez, lavagem das grelhas das águas
pluviais visto terem gordura, assim
como o passeio onde os ciganos viviam
pois na altura não foi ali colocaada
pavimentação e, limpeza dos dois
lotes de terreno que neste momento se
encontram ocupados pelos ciganos, perte-
necentes à Câmara Municipal.

Pretendemos que a Câmara Municipal
junto dos proprietários dos
terrenos anexos e da casa abandonada
efectuem a respectiva limpeza e vedo-
ção para que não venham a ser nova-
mente ilegalmente ocupados, visto se
encontrarem em péssimas condições
de salubridade.

Quanto aos dois lotes de terrenos per-
tencentes à Câmara Municipal pretendem-
os que sejam devolvidos à Urba-
nização para ali serem construídas
moradias que é a estrutura essencial
desta urbanização, e assim seja respeitado
a calha e o ambiente que todos



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA
4470-202 MAIA

Gabinete do Presidente

3.2

Documentado
Domingo 15 de Outubro de 2011
BZ 15/10/11

DOC. 8

Assembleia Municipal da
Maia
Entrada nº 307
Em 14/10/2011

Ex.mo Senhor
Presidente da Assembleia Municipal da Maia
Paços do Concelho
MAIA

Ofício nº 19.048

ASSUNTO: INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA
ACTIVIDADE MUNICIPAL.

Ex.mo Senhor Presidente,

Nos termos da Lei, levo ao conhecimento de V. Ex.a e através de V. Ex.a à Ex.ma Assembleia Municipal, a presente Informação.

Este documento é elaborado na circunstância e a propósito da realização da 5ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal do ano de 2011.

A esta Sessão da Assembleia vão ser submetidos, para apreciação e votação, um conjunto importante de documentos para a vida do Município – porventura os documentos que, numa base anual, serão os seus documentos mais estruturantes – os quais constituirão o enquadramento da actividade municipal no próximo ano de 2012.



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA
4470-202 MAIA

Gabinete do Presidente

A photograph of three handwritten signatures in black ink. The first signature is a stylized 'W'. The second is a large, flowing 'BK' with a small 'A' next to it. The third is a smaller, more compact 'AP'.

Por entre eles, e tendo em conta a relevância de que estão revestidos, destacaria o denominado por “Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2012” da Câmara Municipal, assim como o documento similar relativo aos Serviços Municipalizados de Electricidade, Água e Saneamento (Plano Plurianual de Investimentos 2012-2015 e Orçamento para 2012). A acrescer a estes há que dar a devida nota para a importância dos orçamentos e planos de actividade das Empresas que integram o Sector Empresarial Local que são apresentados à Assembleia Municipal a título de informação.

Através da análise e discussão desse vasto conjunto de documentos percorreremos toda a actividade e toda a acção que é desenvolvida pelo Município nas suas várias vertentes e com os seus vários actores/entidades, pelo que, e tratando-se de algo tão especioso e tão detalhado, mais não seria necessário aludir ao momento. É que, tudo somado, ficamos com uma visão global do que é e do que constitui a actividade que está presente no nosso espaço territorial a qual é conduzida pela Câmara Municipal.

Assim, ficar-me-ia por aqui.

Todavia, e saindo um pouco do que é habitual neste tipo de documento, não poderei deixar de assinalar 2 prémios/distinções que nos foram atribuídos recentemente:



[Handwritten signature]

– A “Maiambiente” saiu vencedora do Prémio “Qualidade de Serviço em Águas e Resíduos 2011” na categoria “Qualidade de serviço de gestão de resíduos sólidos urbanos prestado aos utilizadores” promovido pela ERSAR (Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos) e pelo jornal “Água & Ambiente”. O Júri, constituído por representantes das entidades promotoras e de várias Associações ligadas ao tema, destacou o “....elevado desempenho da entidade gestora na recolha indiferenciada e selectiva...”, o “...empenho no alargamento a todo o Concelho do sistema porta-a-porta das recolhas indiferenciadas e selectiva, bem como na recolha de resíduos orgânicos...”, o “...sistema inovador para a gestão de reclamações...”, o “...trabalho desenvolvido tendo em vista a possibilidade de implementação do sistema PAYT...”, e o facto da Maiambiente ser uma “...empresa com certificação de qualidade...”.

Este prémio é o resultado da dedicação, da competência, do envolvimento colectivo, do saber e do empenho de todos quantos desempenham funções na “Maiambiente”, pelo que todos estão de parabéns.

– Ao Projecto de Educação Alimentar “O Pequeno Grande Almoço”, que tem vindo a ser desenvolvido pela Autarquia ao nível da Educação Alimentar e no âmbito da Saúde Escolar, foi atribuída uma Menção Honrosa na iniciativa “Nutrition Awards 2011”, na categoria de Saúde Pública. Este distinção é promovida pela Associação Portuguesa dos Nutricionistas sendo apoiada institucionalmente pelos Ministérios da Saúde, da Educação e da Agricultura para



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA
4470-202 MAIA

Gabinete do Presidente

[Handwritten signature]

além das mais importantes associações da indústria alimentar, bem como por sociedades científicas e entidades do ensino superior que ministram a licenciatura em Ciências da Nutrição.

Não sendo esta a primeira vez que este nosso projecto é distinguido, destacaria o reconhecimento do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido, o que fica atestado ao se relevar e ao se levar em devida conta a qualidade e o mérito dos diferentes trabalhos e programas com que estivemos em compita.

Quero, por fim, manifestar-me ao inteiro dispor de V. Ex.a e da Ex.ma Assembleia Municipal para apresentar e fornecer quaisquer informações suplementares que venham a entender como necessárias.

Mais informo que o saldo de tesouraria da Câmara Municipal, à presente data, cifra-se em Euros, repartido da seguinte forma:

- | | |
|-------------------------------|--------------|
| a) Documentos – | 1.568.216,70 |
| b) Dotações orçamentais – | 3.310.489,31 |
| c) Dotações não orçamentais – | 4.829.876,02 |



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA
4470-202 MAIA

Gabinete do Presidente

[Handwritten signature]

[Handwritten initials: AF and JP]

Sendo tudo o que, ao momento, me cumpre informar, aproveito a ocasião para apresentar a V. Ex.a e à Ex.ma Assembleia Municipal os meus melhores cumprimentos e a expressão da minha consideração.

MAIA E PAÇOS DO CONCELHO, 12 DE DEZEMBRO DE 2011,

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

[Handwritten signature of António Gonçalves Bragança Fernandes]

(ENG. ANTÓNIO GONÇALVES BRAGANÇA FERNANDES)

COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA**3.3 Aprovação das Grandes Opções do Plano – Orçamento da Receita
e da Despesa e Documentos Previsionais do Município, Para o Ano
Financeiro de 2012**

Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia Municipal,

Ex.mo Sr. Presidente da Câmara Municipal,

Demais membros da mesa,

Caríssimos Srs. Deputados,

Estimados membros do público:

A discussão do orçamento da receita e da despesa municipal para o próximo ano é realizada num contexto económico de inegáveis dificuldades de liquidez, situação que, todos bem sabemos, não se limita à Maia somente mas à generalidade dos municípios portugueses.

Nesta situação em concreto, entendemos que se exigem medidas extraordinárias, reflectidas nomeadamente em contenção da despesa, sendo que a sabedoria em tal processo estará no precário equilíbrio entre os cortes no que se entende por supérfluo, menos importante ou secundário, focalizando-se a despesa no essencial, no que de mais importante se considerar para o tempo presente e os meses vindouros, em suma, naquilo que se traduza directamente no bem-estar dos maiatos, na sua qualidade de vida, particularmente daqueles que se encontram mais expostos à voragem governamental patente no aumento de todos os impostos, na diminuição de salários, no roubo dos subsídios de natal, das pensões ou dos subsídios de desemprego. Deverá focalizar-se no essencial, dizíamos, não só por uma questão de equidade social, como também numa perspectiva preventiva que

2

de algum modo possa contribuir para atenuar o empobrecimento generalizado a que o governo da nação condenou os portugueses.

O executivo camarário alude a esta questão no documento que entregou a esta Assembleia, com uma linguagem um tanto ou quanto asséptica, objectivamente influenciada pelo discurso dominante, considerando esta purga necessária tendo em conta "um conjunto de ajustamentos nas finanças públicas" tidos como "sendo imperativos efectuar", logo, acrescenta o documento, compreendem "que assim tenha de ser".

Como sabe, senhor presidente da Câmara, a CDU advoga uma resolução diferente para esta problemática, apresentando a sua visão, corporizada em dezenas de propostas, no local próprio – na Assembleia da República. Porém, mesmo dando de barato que a rapinagem de Portugal em nome do capitalismo predatório é uma inevitabilidade, ainda assim levantam-se-nos dúvidas acerca desta proposta que está em discussão, seja no que às principais opções concerne, seja relativamente às prioridades definidas, isto é, às escolhas sobre o que é mais ou menos relevante no actual contexto, seja até no que à ligereza com que é apresentado diz respeito, sem ter presente possíveis consequências nefastas para o município.

Passamos a explicar.

Tal como a CDU referiu acerca de um ano atrás, aquando desta discussão para o ano que nos próximos dias termina, o investimento na área social deveria ser prioritário em tempos de crise. Entendemos que são precisamente as opções políticas tomadas a jusante que influirão a maior ou menor gravidade das consequências a montante. O governo, bem o sabemos, firme na sua fé, inabalável no seu fundamentalismo, pura e simplesmente ignora o alarme social, fiado numa suposta mansidão de um povo de brandos costumes, o mesmo povo que curiosamente fez duas

Revoluções no século passado! Em todo o caso, contávamos com uma atitude diferente deste executivo, mais ponderada e com algum bom senso. O investimento na área social deve ser a prioridade. Não nos referimos a subsídios a esmo, entenda-se, embora também não seja muito claro para nós que o mero apoio às IPSS (e fala-vos alguém que fez até ao presente toda a sua carreira profissional em IPSS) esgote o apoio social, não obstante o papel importante que desempenham no nosso tecido social, concretamente na Maia e cujo trabalho saudamos. O papel do Estado é essencial nestes processos sob pena de o apoio social se segmentar, reproduzir e limitar-se ao assistencialismo esmolier.

Relativamente às prioridades, patentes na enumeração das despesas, há diversas questões que nos causam incerteza quanto à sua real necessidade. São pequenos itens, em muitos casos, que exigem uma leitura minuciosa, morosa do documento. Saberá V. Exa. que não sou fiscalista, economista nem contabilista de formação, pelo que a minha análise certamente pecará por pequenas imprecisões e insuficiências. Ainda assim, sem o lastro teórico que porventura se exigiria, atrevo-me a perguntar: será estritamente necessário despender cerca de mais 60.000€ em mobiliário e equipamentos para os serviços municipais? E já agora, o que significa concretamente “aquisição de artigos e objectos de valor”, ainda também no âmbito do mobiliário e equipamento?

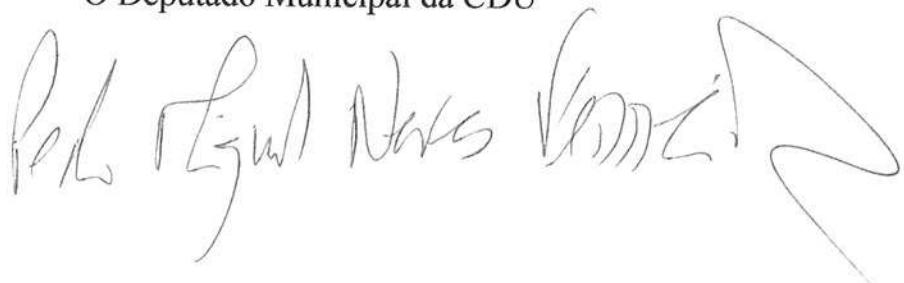
Causam-nos alguma desconfiança os inúmeros projectos orçamentados cujas despesas principais são previstas para 2013, nomeadamente nas funções sociais ou nas obras de adaptação e ampliação do Conservatório de Música de Maia. Não significará tal maior asfixia de tesouraria para o futuro próximo numa altura em que o primeiro-ministro já avisa que as coisas melhorarão somente quando o próprio precisar de ser reeleito, ou seja, lá para 2015?

Preocupam-nos ainda as implicações que a diminuição de receitas da Câmara Municipal poderá ter no curto e no médio prazo sobre os trabalhadores do município. Gostaríamos de ver clarificado se são equacionados despedimentos ou supressão de postos de trabalho.

Por último, uma pequena nota sobre as consequências das Grandes Opções do Plano para 2012. Sabemos que a execução orçamental do município anda longe dos 100%. Assim sendo, parece-nos que quando as receitas são idênticas às despesas até ao centímo, previsivelmente haverá derrapagem nas contas e, consequentemente, crescimento da dívida municipal. A verificar-se, tal representará um retrocesso grave, ainda para mais sem uma justificação aceitável. Compreendemos, tal como já referimos nesta intervenção, que o contexto económico é delicado e pode exigir medidas extraordinárias que, em condições normais, não se imporiam. Porém, dificilmente se compreenderão quaisquer consequências negativas quando o orçamento é mais do mesmo.

Maia, 28 de Dezembro de 2012

O Deputado Municipal da CDU





Bloco de Esquerda

✓
X

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia

Exmo. Presidente da Câmara

Exmos. Srs. Deputados

Exmos. Srs. Vereadores presentes

Digníssimo Público

Começo por apreciar e até subscrever algumas notas do preâmbulo de introdução ao documento com que V. Exas. iniciam a apresentação das GOP e Orçamento para o nosso Município para o próximo ano 2012.

Assim é com naturalidade que nos revemos na constatação de factos claros e reveladores de uma situação económica e social que está a afetar de modo dramático o povo português a que também naturalmente os Maiatos não podem escapar.

Ficamos é admirados, com a surpresa por V. Exas. demonstrada, quanto à evolução e aos impactos que esta mesma crise iria ter no quadro económico da autarquia, e cito o que vertem para o referido preambulo, e cito, “quando escrevemos estas palavras estávamos muito longe de imaginar o quadro com que nos iríamos deparar nesta altura no que ao Poder local respeita” citei...

Ora não podemos acreditar nesta inocente surpresa!...

Sabem quem nos governou e sabem também quem nos está a governar ou a continuar a mandar para o abismo!

Sempre denunciamos que as politicas seguidas pelos anteriores governos levariam não à resolução da crise, mas sim ao definhamento da economia, à perda de competitividade, ao encerramento de inúmeras empresas e ao desemprego de centenas de milhares de trabalhadores.

A intervenção da troika a pedido do anterior governo levou a um acordo anti progresso assinado por Sócrates, Passos e Portas, que agora, começa a fazer sentir-se de modo cada vez mais violento sobre a vida das pessoas e que está a transformar o dia a dia da maioria dos portugueses num verdadeiro inferno!

Isto, tem como objetivo principal salvar a banca, aplicar e um conjunto de medidas que assentam na retirada de direitos civilizacionais conquistados em Abril e que são uma espinha cravada na garganta dos poderosos.

Por isso, hoje todas as soluções para a crise passam pela redução de direitos, é no direito do trabalho, é com a institucionalização do desemprego, é no ataque ao SNS, é na redução das pensões, é o aumento desbragado dos impostos, é no ataque ao ensino para todos, é na venda a preço de saldo das empresas mais lucrativas etc. etc.

E os executantes sabemos quem são! São aqueles que instituíram como símbolo a bandeira nacional na lapela dos seus casacos, mas que no coração e na prática politica, usam a bandeira do FMI! Grandes patriotas! ...

Mas voltando ao preambulo do documento, e volto a citar, diz o executivo, “ esta crise financeira iniciará um período de recessão económica de horizonte temporal imprevisível” citei.

Mas que grande descoberta! Claro que é o que vai acontecer!

Só estranhamos é a vossa subserviência completa a esta imposição da troika e levada ao terreno pelo governo PSD/CDS. Quando afirmam que, e passo a citar, “tendo em conta a situação real que agora passou a iniludível, compreendemos que assim tenha de ser” citei.

Para nós, ao concluirírem isto, estão apenas a participar alegremente no enterro da economia nacional e naturalmente também no definhamento cada vez mais acentuado da economia local, este cruzar de braços e falta de coragem, paralisa a busca de soluções e respostas alternativas.

Nós no Bloco de Esquerda, não acreditamos na inevitabilidade das soluções que nos pretendem impor, isto porque acreditamos que existem outros caminhos, esses sim, em defesa dos direitos dos mais desfavorecidos.

É neste contexto e à luz desta análise que nos pronunciamos sobre o orçamento e as Grandes Opções do Plano.

Para o BE o Orçamento e o Plano de Actividades são os documentos mais reveladores das opções, das escolhas políticas e das prioridades do Executivo.

Mais do que uma análise meramente contabilística à previsão das receitas e à descrição das despesas a fazer, interessa ao Bloco de Esquerda verificar de que modo este Orçamento e este Plano de Actividades, se executados, vão ou não contribuir para uma melhor democracia local, para um maior controlo democrático, para uma maior responsabilização dos eleitos, para a resolução ou não das carências da população.

E em nossa opinião as escolhas do atual Executivo vão no sentido errado de um cada vez maior desinvestimento, o que num futuro próximo comprometerá ainda mais os anseios dos jovens e dos homens e mulheres da Maia.

Temos de referir apesar de tudo isto, como positivo e essencial o esforço do executivo na manutenção e no apoio social que nos tempos que se avizinham será fundamental para muitas famílias Maiatas. Apoios estes que são cada vez mais escassos e exigirão de todos um maior empenho solidário.

Mas fazendo uma breve análise do Orçamento apresentado, chegamos à seguinte conclusão.

Para o ano de 2012, o que há de novo é uma diminuição muito acentuada do Orçamento: o total das receitas desce quase 10%, passando de 90 milhões para 81,7 milhões de euros. Mas este decréscimo não resulta apenas das diminuições das verbas transferidas do Orçamento do Estado, que passam para 11,7 milhões de euros.

Sobre isso, o Bloco de Esquerda sempre se manifestou contra o garrote financeiro que os governos do PSD, CDS-PP e PS têm imposto às autarquias.

Infelizmente, em nossa opinião, o Executivo municipal não se tem empenhado com a necessária firmeza pelo aumento das transferências do OE para os municípios. E a invocação, agora feita, da crise da dívida é mais uma vez a manifestação da desistência do Executivo em garantir uma maior participação do Orçamento do Estado na intervenção do município.

É evidente também um significativo decréscimo na previsão das receitas. Este decréscimo decorre da diminuição significativa nos impostos diretos, isto porque em 2011 foi de 35 milhões e para 2012 o total a arrecadar será de apenas 32 milhões de euros, menos cerca de 10% do ano anterior, mas que na opinião do BE será ainda inferior!

Mas neste campo o Executivo também tem responsabilidades, já que não se esforça por implementar taxas a quem pode pagar como já aqui propusemos. São o exemplo da utilização do espaço público pelas caixas ATM, ou melhor método de tributação do valor da derrama transferido para o município, ou a tornar mais significativa a taxa municipal dos direitos de passagem.

Estes são só alguns dos diferentes caminhos e escolhas que poderiam diferenciar uma maior arrecadação de receita a quem mais pode contribuir e assim aumentar a capacidade de financiamento da autarquia.

O que está também a baixar de modo significativo é a receita proveniente da alienação de património: o total das vendas de bens de investimento passa de 23,7 milhões em 2011 para 18 milhões em 2012. A venda de terrenos e outros bens municipais tem sido um dos instrumentos mais usados pelo Executivo, mas o que isso reflete é a falta de empenhamento dos Executivos em arranjar outras receitas e traduz-se a final pelo empobrecimento acelerado do município da Maia.

✓
A
M

De tudo isto, desta resignação, desta dificuldade do Executivo em encontrar novos meios de financiamento está a resultar uma quebra brutal no investimento (despesas de capital): de 2011 para 2012 a descida é de quase 8 milhões de euros, de 42 para 34 milhões de euros.

E sem investimento nenhum município pode progredir. As transferências para as freguesias não têm alterações significativas, também diminuem as transferências para as associações e colectividades desportivas o que no atual contexto até poderá ser compreensível. Mas aumentam os gastos com a aquisição de bens e serviços, de 18,4 para 19,3 milhões de euros.

Em vez de dar o salto em frente que se impunha, com este Orçamento e este Plano a Maia fica condenada, por esta política orçamental do Executivo, **a andar para trás.**

A nossa posição, por respeito a quem votou no BE, mas também em nome de todas e todos que querem continuar a ver e a sentir um concelho da Maia virado para o progresso, com democracia e participação cidadã, não pode deixar de ser o de não aceitar este Orçamento e Plano de Actividades deste Executivo.

Maia, 28/12/2011

O grupo municipal do BE

Silvestre Pereira
Francisco Amorim

Francisco Amorim



Grupo Parlamentar do Partido Socialista
Assembleia Municipal da Maia | 28-12-2011

INTERVENÇÃO

(Ponto 3.3 da Ordem de Trabalhos)

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal

Exmos. Srs. Vereadores

Exmos. Srs. Deputados, cidadãos e órgãos de comunicação social

Neste orçamento que se discute aqui hoje, verificamos que, também na área da juventude, esta autarquia é coerente. É coerente porque, também nesta área, os objectivos são claros: estagnar e retroceder ainda mais o concelho da Maia. Vejamos exemplos concretos:

1.O lançamento do Cartão Jovem Municipal é uma proposta anunciada há, pelo menos, 3 anos. Segundo o Pelouro da Juventude, trata-se de um serviço que permitirá aos jovens, acederem a vantagens no comércio local e nas estruturas desportivas municipais. Apesar de acharmos que os serviços deste cartão poderiam ir mais longe, já era um bom princípio que ele fosse implementado.

2.Outro aspecto que gostaria de realçar e que nos preocupa ,diz respeito ao funcionamento do Conselho Municipal de Juventude (CMJ). Hoje, mais do que nunca, em que a crise financeira afecta também os maiatos, a auscultação da juventude deve desenvolver-se com determinação, procurando identificar dificuldades e construir soluções adequadas. Lamentamos, por isso, que o CMJ da Maia tenha reunido uma única só vez este ano - quando a lei exige a realização de quatro sessões ordinárias. Um CMJ que reúne apenas para a emissão de um parecer, emite mais do que isso, emite também uma mensagem clara aos jovens da Maia: o total desinteresse da Câmara para com a juventude. Não temos dúvidas que é possível envolver mais os jovens nas decisões do município se este órgão abordar temáticas que realmente interessam aos jovens da Maia. A realização de CMJ's temáticos para a discussão de áreas importantes e que estão na ordem do dia, seria, por exemplo, uma medida positiva que a Câmara poderia implementar. A realização de um CMJ de um modo tão espaçado, não é suficiente estimulante para os jovens que dele fazem parte porque vêm a sua intervenção realizada num intervalo de tempo muito extenso.



3. Por tudo isto, consideramos que, na Maia, não existe uma Política de Juventude que responda àquilo que é mais importante para os jovens do concelho. Uma verdadeira Política de Juventude é pensada tendo em conta a sua transversalidade: deve intervir noutras áreas e ser pensada em função delas. Gostaríamos que este orçamento contemplasse medidas concretas nas áreas da habitação, como a habitação com custos controlados, bem como soluções para colmatar as dificuldades que os jovens em emancipação sentem. Referimo-nos por exemplo a reduções nas taxas e impostos municipais, através do cartão jovem municipal que poderia conceder benefícios aos seus portadores, desde que estes não colidissem com a legislação aplicável. Gostaríamos de ver uma maior atenção da Câmara Municipal da Maia aos estudantes e suas famílias que vêm o seu orçamento familiar apertado com a recente extinção do apoio aos passes sub 18 e sub 23. Como temos vindo a defender noutras intervenções, pequenas medidas contribuem e muito para a melhoria da qualidade de vida dos maiatos, mas é algo que mais do que números, exige tempo e criatividade, postura que, segundo nos parece, a câmara não está disposta a ter.

P'lo Grupo Parlamentar do Partido Socialista,

Ana Maria F. Leite



GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

Ex.mos
Presidente da AMM
Deputados municipais
Senhor Presidente da Câmara Municipal

Y

A
F

1.

O executivo da Maia apresenta, nesta AMM, os documentos previsionais da autarquia para 2012. Estamos, no essencial, perante documentos que prolongam erros e lógicas que têm presidido à elaboração destes documentos nos últimos anos. Com efeito:

1. Ainda que se mantenha a tendência para algum ajustamento do orçamento global da CMM, este mantém-se cerca de 6M€ afastado daquilo que prevê seja o seu valor executado, tendo em conta as atuais circunstâncias económicas e financeiras;
2. As receitas provenientes dos fundos estatais reduzem-se, sendo compensadas pela participação variável no IRS;
3. Prevê-se uma redução substancial das receitas de capital, sobretudo por se ver reduzida a capacidade para atrair projetos comunitários cofinanciados;
4. Antecipa-se uma diminuição da receita gerada pelos impostos, mas que decorre sobretudo da quebra da derrama, já que se prevê um aumento substancial do IMI, por efeito da reavaliação dos imóveis avançada pelo governo ;
5. Adianta-se um aumento das receitas na venda de serviços, designadamente nos serviços sociais (87%!), desportivos (31%), adivinham-se aumentos em algumas taxas (mercados e feiras e ocupação da via pública) e prevê-se aumento de receitas por via da cobrança de multas, coimas e penalidades por contra-ordenação;
6. Ao nível da despesa com pessoal, verifica-se uma redução muito aquém do que seria de esperar da extorsão dos 13º e 14º meses aos funcionários públicos por parte do governo;
7. Mantem-se a tendência para o aumento das despesas ao nível da aquisição de bens e serviços, havendo mesmo um aumento de 4% na aquisição de serviços;
8. Prevê-se uma redução de 8% nas transferências para as freguesias;
9. Não se antecipa o apoio indispensável às IPSS, nomeadamente para que estas possam conseguir financiamentos indispensáveis ao desenvolvimento das suas funções sociais;
10. Insiste-se num número excessivo de vereadores remunerados a tempo inteiro, numa atitude que nem favorece o bom funcionamento da CMM, nem é aceitável em época de austeridade
11. Mantem-se uma corte de adjuntos e assessores, sem nenhuma justificação aceitável, que apenas desvaloriza o papel dos bons funcionários da autarquia;

12. Continua, finalmente, a adiar-se a avaliação séria da justificação das empresas municipais.

Em suma, este orçamento penaliza os maiatos, mostra que continua por concretizar a racionalização dos serviços e a valorização dos seus funcionários mais competentes, ao mesmo tempo que evidencia a incapacidade para a autarquia promover os projetos e mobilizar os financiamentos, designadamente comunitários, indispensáveis para o desenvolvimento do concelho e da área metropolitana.

2.

É verdade que vivemos uma crise económica e financeira séria. Mas é precisamente nos tempos difíceis que a ação política é mais exigente e em que as boas lideranças se afirmam. A política suporta-se sempre, evidentemente, em ideias e em visões do mundo. Mas a política é também gerir recursos, que são inevitavelmente escassos. São-no sempre, mas designadamente nos tempos em que vivemos. Por isso, é sobretudo nestas circunstâncias que a ação política e as políticas orçamentais exigem definir prioridades, fazer opções e mobilizar todos para ações concertadas que permitam ultrapassar as dificuldades. E isso só é possível quando há capacidade de decisão e de influenciar essa decisão; quando se é capaz de estabelecer as políticas de curto prazo no quadro de orientações e projetos ambiciosos para o futuro. Era isso que seria de esperar dos documentos previsionais para 2012, agora apresentados pelo executivo à AMM. Infelizmente, é isso que, uma vez mais, não acontece! Estamos perante um documento sem rasgo nem ambição, que reflete uma maioria sem desígnios nem projetos.

Em épocas de crise, as regiões e os concelhos que não forem capazes de reagir às circunstâncias adversas, serão inevitavelmente ultrapassadas. É nessas alturas que se torna necessário, com os mesmos recursos, fazer muito mais e melhor. Estamos numa das duas metropolitanas do país e naquela que é a principal área urbana do noroeste da península. É neste contexto que temos de nos afirmar como um espaço solidariedade social, mas também de iniciativa, de dinamismo e de capacidade empreendedora. Se, num quadro de imprescindível rigor orçamental, pensarmos a capacidade empreendedora e a coesão social como alternativas, estaremos a condenar estes dois propósitos essenciais.

O que se esperaria dos documentos previsionais era esta capacidade de antecipar o modo de concretizar estes desígnios, esclarecendo opções e estabelecendo prioridades políticas (estamos a falar de ação política e não da mera gestão administrativa corrente...). Só que, para isso, era necessário que esta maioria fosse capaz de fazer a apreciação da importância relativa dos problemas e de apreciar a urgência comparada dos diferentes desafios, para que fosse possível esclarecer oportunidades e aliados e perceber as dificuldades e adversários.

Ora , o que falta a esta maioria é a determinação política esclarecida. Sabemos que vivemos uma época de recursos escassos mas, exatamente por isso, não podemos deixar passar ao lado as oportunidades e temos que ser capazes de estabelecer estratégias eficazes de resolução dos problemas. Temos condições excelentes para captar o sector terciário superior e continuamos a deixar escapar oportunidades e a ser incapazes de potenciar possibilidades que decorrem da nossa posição geográfica na AMP. A incapacidade da CMM para aproveitar a localização de Pedrouços e de Águas Santas junto ao maior polo de investigação e de ensino superior do noroeste peninsular é totalmente inexplicável. A inabilidade para potenciar as possibilidades do triângulo cidade da Maia, Castêlo da Maia e Pedras Rubras é dificilmente justificável. Mas temos também a possibilidade de pensar, com custos limitados, a criação de espaços amplos de fruição ambiental, aproveitando as zonas rurais existentes no concelho, assumindo opções mais baratas, mais úteis e economicamente muito mais interessantes do que a criação de grandes parques públicos. Temos urgentemente que repensar o modo como estamos a utilizar os nossos equipamentos cívicos e culturais, assumindo lógicas mais integradas e mais amigas dos cidadãos. A autarquia continua a não ser capazes de adotar soluções de apoio social, de apoio às famílias e de apoio à inserção profissional dos jovens que, mobilizando os recursos humanos e materiais já disponíveis, não agravem a situação orçamental da autarquia. Temos que criar soluções engenhosas para, aproveitando o parque habitacional desocupado, permitam responder aos problemas habitacionais dos maiatos. Há que repensar a própria orgânica da autarquia, para favorecer a integração das soluções e a focagem em torno de determinados desafios e prioridades. Há que fazer um esforço geral de eficiência, que deve abranger também as autarquias, para evitar os gastos excessivos no exercício das suas funções regulares e, designadamente, em compras dispensáveis de bens e serviços.

3.

Como sempre tem acontecido nesta AMM, o PS continua a assumir uma postura proactiva e construída pela positiva na apreciação dos documentos previsionais apresentados pela CMM. Assumimos, com clareza, as nossas preocupações essenciais: RIGOR ORÇAMENTAL, SENSIBILIDADE SOCIAL e INVESTIMENTO NO FUTURO. Lamentavelmente, o executivo continua a não querer considerar estas orientações fundamentais. Nestas circunstâncias, o PS irá votar contra na deliberação sobre estes documentos.

Maia, 28 de Dezembro de 2011

Luis Rothes

Líder do Grupo do Partido Socialista na Assembleia Municipal da Maia

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia,
Exmas. Senhoras Secretárias da Mesa,
Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal
Exmos. Senhores Vereadores
Exmos. Senhores Deputados
Senhores Jornalistas, minhas Senhoras e meus Senhores,

J A

Senhor Presidente,

Ao longos dos últimos anos, direi mesmo últimas décadas, a CM, com os seus Planos de Actividade e Orçamentos, tem desenvolvido, de uma forma sustentada e visível, o concelho da Maia, tornando-o todos os dias um concelho mais atractivo quer para as empresas quer para as famílias, que de uma forma continua e constante optam pela Maia para se instalar e aqui viverem.

A Maia e os Maiatos orgulham-se de terem tido executivos autárquicos capazes, com visão estratégica e com um relacionamento de proximidade com todos os Maiatos e é por isso que lhe vão confiando em mandatos sucessivos a governação do Concelho.

E é com este sentimento por parte dos autarcas do PSD que continuamos a gerir e a servir Maia e os Maiatos. Temos orgulho do passado e queremos continuar a ter este mesmo orgulho no futuro.

Não estamos nem estaremos preocupados com aqueles que nos acusam de não termos uma estratégia para a Maia. Estaremos preocupados é com aqueles que nos acenam com mãos cheias de sonhos ou com mãos cheias de nada.

Abordando agora o Plano e Orçamento Para 2012, começo por referir que este documento reflecte as preocupações do executivo para com as carências e os anseios dos Maiatos perante um cenário de crise económica e social que a todos nos afecta.

Este Orçamento comparativamente com o do ano anterior, regista um decréscimo de cerca de 10% o que é bem demonstrativo das dificuldades que nos são impostas por todos os constrangimentos de ordem económica e financeira, dos quais não nos podemos alhear.

Constatamos igualmente que, pese embora o facto do executivo ter vindo a reduzir o peso da despesa corrente, a mesma ainda se mantém elevada, mas também temos consciência que parte dessa despesa se refere a custos com o Pessoal e reduzi-la drasticamente acarretaria problemas sociais como sendo o desemprego, e nessa medida compreendemos o esforço do executivo.

E é dentro deste cenário que a CM elaborou de uma forma clara este plano e Orçamento, dirigido essencialmente para as pessoas, mas não esquecendo quer o equilíbrio das finanças da CM, quer o investimento.

E perante estes pressupostos queremos realçar o facto de o executivo, perante um quadro de crise e de recessão com que o país se depara, não esquecer as suas responsabilidades numa área tão sensível, como é a área social, e que em meu entender deve e está a ser privilegiada neste orçamento, basta ver os valores orçamentados para as Funções Sociais onde destacamos a Habitação, Ambiente e Urbanismo com cerca de 16.150.000 milhões de euros, a Educação com cerca de 8.770.000 milhões de euros, os Apoios Sociais, como sendo a Infância, Terceira Idade e Outros gastos com a Acção Social onde serão aplicados cerca de 1.848.000 Euros.

Queremos realçar igualmente os valores orçamentados para as Funções Económicas onde destacamos o custo com a Iluminação Pública com cerca de 2.633.000 milhões de euros, os custos com a rede viária, conservação e pavimentação cujo custo orçamentado ronda os 4.390.000 milhões de euros, e faço referência a estes valores porque não estando enquadrados nas Funções Sociais, não deixam de ser importantes para a qualidade e conforto dos Maiatos.

Estes são alguns dos valores orçamentados, dirigidas essencialmente ás pessoas, e cujos valores representam mais de 50% deste orçamento, isto é, para que os Maiatos possam de alguma forma, poder usufruir das boas condições de vida que a CM lhes tem garantido ao longos dos anos.

Quanto á receita, queremos referir o cuidado que o executivo demonstra em manter o nível de receita que lhe permita suportar a despesa e perante o cenário de crise e recessão ainda consegue ter alguma capacidade para de investimento.

Por último, é com agrado que verificamos que o executivo tem tido uma gestão rigorosa tendo em vista a consolidação orçamental e das finanças do Município sendo de realçar o esforço feito no sentido da redução do endividamento, que nos últimos anos tem sido de um nível bastante apreciável, o que demonstra bem a sua capacidade na gestão do Município.

Sr. Presidente da Câmara, a Maia confiou, e confia em si.

Os Maiatos acreditam em si, e o que esperam de si, é que com a sua humildade, com o seu rigor e com o seu sentimento de proximidade com todos os Maiatos, continue a fazer deste concelho um concelho de referência onde possamos continuar a dizer, vale a pena viver na Maia.

Por tudo isto, votaremos favoravelmente estes Documentos.

Maia, 28/DEZ/2011


(Cândido Graça)
(Partido Social Democrata)

Doc. 14

EX MO SR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

SR SECRETARIOS

EX SR PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL

EX SR DEPUTADOS

EX VEREADORES AQUI PRESENTES

COMUNICAÇÃO SOCIAL E PÚBLICO EM GERAL

EM 1 LUGAR QUERO DESEJAR A TODOS UM EXCELENTE ANO DE 2012 E
ESPERO QUE TODOS TENHAM PASSADO UM EXCELENTE NATAL.

ESTAMOS AQUI, PARA APROVAR AS GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA
O ANO FINANCEIRO DE 2012 .

O CDS VAI VOTAR FAVORAVELMENTE ESTE DOCUMENTO PORQUE NO
GLOBAL PARECE-NOS UM ORÇAMENTO RAZOÁVEL E DE CONTENÇÃO POR
PARTE DA DESPESA .

NO QUE DIZ RESPEITO AO CAPÍTULO DAS RECEITAS PARECE-NOS QUE ESTE
ORÇAMENTO ESTA INFLACIONADO E PARECE-NOS POUCO EXEQUIVEL
DADA A CONJUNTURA ATUAL .

ESTE ORÇAMENTO REFLETE O AGRAVAMENTO DA CRISE ECONOMICA E
SOCIAL QUE SE VIVE NO PAÍS E OS CONDICIONALISMOS ECONOMICOS E
FINANCEIROS QUE ATRAVESSARAO O ANO DE 2012 . APESAR DISSO , O
DOCUMENTO ASSEGURA A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO E MANTEM
O COMPROMISSO ASSUMIDO EM ÁREAS COMO EDUCAÇÃO AÇÃO SOCIAL
E PROMOÇÃO DA CULTURA .

CIENTE DAS DIFÍCULDADES ACRESCIDAS QUE TODOS OS MUNICÍPIOS
ATRAVESSAM , EM PARTICULAR AS FAMÍLIAS MAIS DESFAVORECIDAS A
CAMARA MUNICIPAL PRETENDE FACILITAR O SEU ACESSO A RESPOSTAS
SOCIAIS , NAMEADAMENTE COM A CONTINUIDADE DO TRABALHO QUE SE
DESENVOLVE NO AMBITO DOS PROGRAMAS PER OU PROHABITA. MAIS
UMA VEZ O CDS VEM LEMBRAR QUE ESTE NÃO É O MELHOR CAMINHO

, MAIS UMA VEZ O CDS VEM RELEMBRAR QUE É NECESSARIO REPENSAR ESTE MODELO,E OPTAR POR OUTROS MAIS EFICIENTES COMO O SUBSIDIO DE RENDA .

NUM ANO QUE SE PREVE DE FORTE QUEBRA ECONOMICA A CAMARA MUNICIPAL TERA QUE TER OBRIGATORIAMENTE UM PAPEL IMPORTANTE NA PROMOÇÃO DAS EMPRESAS LOCAIS E DO COMERCIO TRADICIONAL.

NESTA MATERIA NÃO SE VE UMA LINHA DIGNA DE REGISTO NESTE ORÇAMENTO. O QUE É DEVERAS ASSUSTADOR UMA VEZ QUE SE PREVE QUE UMA SERIE DE EMPRESAS FECHEM AS SUAS PORTAS DURANTE O PROXIMO ANO. A CAMARA MUNICIPAL NÃO DEVIA TER ATIRADO A TOALHA AO CHAO .

NÃO BASTA TENTAR REMEDIAR O QUE JÁ ESTA MAL ATRAVEZ DE MEDIDAS DE CARACTER SOCIAL É NECESSARIO INVESTIR NA PREVENÇÃO E A PREVENÇÃO ESTA NA AJUDA AS EMPRESAS , E AO EMPREGO , DAR O PEIXE É UMA FORMA DE ACEITAR E REMEDIAR O QUE ESTÁ MAL , É NECESSARIO TENTAR EVITAR.

SABEMOS QUE NÃO É FACIL MAS É OBRIGATORIO TENTAR,
PARA TERMINAR QUERO DEIXAR AQUI APENAS UMA NOTA DE RODAPE PORQUE NO PREAMBULO DAS GRANDES OPÇOES DO PLANO LI UMA QUEIXA , JUSTA POR SINAL SOBRE O AUMENTO DO IVA RESPEITANTE AOS CONSUMOS DE ENERGIA ELECTRICA QUE SIGNIFICARA UM ENCARGO SUPLEMENTAR DE 550 000EUROS ANO, E HOJE AS 13H 30M UMA URBANIZAÇÃO EM AGUAS SANTAS ESTAVA COM A REDE PUBLICA ELECTICA LIGADA, ESTES PEQUENOS PROMENORES TEM QUE SER REVISTOS TAMBEM,

OBRIGADO

PELO CDS/PP

DAVID TAVARES